



Anais da Assembleia

N.º 35

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1979.
QUARTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Sobre a ata). Sr. Presidente, apenas porque não consta, na ata, o pronunciamento deste Deputado a respeito do requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, gostaria que constasse que houve reivindicação, também, e juntamente com essa ferrovia ligando Maringá a Cascavel, que se aduzisse o pronunciamento em que solicitamos a viabilização para construir a Estrada de Ferro Guaraçuva-Foz do Iguaçu. E também, na ante-penúltima página, relativamente ao pronunciamento aqui expandido ontem, a respeito de um requerimento de autoria do eminente Deputado David Cheriegate, referente à concessão de uma linha de ônibus direta de Cascavel a Foz do Iguaçu.

Quero que conste, na ata, que o pronunciamento teve meu voto contrário, porque, provavelmente, possivelmente, possa estar sendo encetado o entendimento para uma determinada empresa de ônibus.

Quero que conste em ata, porque, no futuro, isso poderá me trazer subsídios e esta Casa precisa ter esses pronunciamentos como elemento para a História.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e fará as devidas anotações solicitadas por Vossa Excelência.

Continua em discussão a ata. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 45/79

Curitiba, 17 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 12 de março de 1979, entre o Governo do Estado e o Município de MARINGÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no Distrito de Iguatemi, do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 46/79

Curitiba, 17 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios números 001/79 e 081/79, celebrados entre o Estado do Paraná e o Ministério da Educação e da Cultura, respectivamente em 2 e 13 de março de 1979, o primeiro objetivando a operacionalização dos projetos "Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino" e o segundo a execução do projeto "Habilitação de Professores não Titulados" — HAPRONT-PR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 47/79

Curitiba, 17 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Município e n.º do Convênio	Data da celebração
Paranapoema - 231/78-SEPL	01/11/78
Paranapoema - 232/78 - SEPL	01/11/78
Santa Cruz do Monte Castelo - 234/78-SEPL	27/10/78
Santa Fé - 241/78-SEPL	07/12/78
Pérola - 248/78-SEPL	13/12/78

Jaboti - 252/78 - SEPL 14/12/78
Andirá - 255/78 - SEPL 14/12/78
Jussara - 256/78 - SEPL 12/12/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 48/79

Curitiba, 18 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de re-ratificação datado de 23 de março de 1979, ao Convênio celebrado em 15 de junho de 1961, entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 49/79

Curitiba, 18 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 07 de dezembro de 1978, entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e o Governo do Estado do Paraná, figurando como intervenientes a Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e tendo por objetivo a implementação do zoneamento industrial das áreas críticas de poluição.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação regimental desta Presidência, tenho a honra de indicar para a Comissão de Emendas Constitucionais, os seguintes Deputados do MDB:

NELTON FRIEDRICH — Titular

DENI SCHWARTZ — Suplente

Conforme avulso publicado no Diário da Assembléia de 03/04/79 e 16/04/79.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus

protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 30/79, que visa dar novas divisas ao Município de Colorado.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ALAIDE COSTA SOUZA, ocorrido na última sexta-feira, nesta Capital.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Doutor Althair Costa de Souza, MM. Juiz da 4ª Vara de Família de Curitiba, filho da falecida.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Monsenhor CLEMENTE PREIMA, ex-Vigário Geral para os Ucrânios Católicos do Brasil.

Nascido em 1914, no Distrito de Iracema, Município de Itaipópolis - Santa Catarina, filho do Tabelião Sr. Miguel e Dona Balbina Preima. - Ex-Vigário de Mallet no período de 1942 a 1962; formado em Teologia na Pontifícia Universidade Propaganda Fide de Roma; Estudou nos Seminários de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e em Brusque, Santa Catarina, ordenando-se Sacerdote em 1938. Foi fundador da Escola de Profissão Doméstica de Mallet e da Rádio Maletense, e também do pré-Seminário "Cardeal Tisserant", naquela cidade paranaense.

Em 1978, o Monsenhor Preima foi agraciado com o título de "PROTOPRESBITERO E MITRATO".

O Monsenhor PREIMA se encontrava desde janeiro de 1962 em Nova Iorque, como Vigário da Paróquia São Nicolau, onde faleceu no último dia 19.

O corpo do Monsenhor CLEMENTE PREIMA está sendo trasladado de Nova Iorque para Mallet, onde será sepultado no próximo dia 26, ao lado de seu irmão Padre Severo Preima.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa:

a) ao Cardeal D. JOSÉ SLIPIJ — Cardeal Arcebispo Maior do Rito Ucrânio - Vaticano - Roma - Itália.

b) ao Bispo D. EFRAIM BASÍLIO KREVEY — Bispo Diocesano Ucrânio, à Rua Maranhão, 1200, Vila Guaíra, Curitiba-Pr.

c) ao Padre JOSAFAT GAUDEDA — Vigário da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, de Mallet - Pr.

d) ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mallet - Pr.

e) ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mallet - Pr.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, atendendo as formalidades regimentais, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado um voto de louvor e congratulações à Direção e Funcionários da Revista "ATENÇÃO", editada pela Grafipar, de nossa cidade.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A edição da Revista "ATENÇÃO", editada pela Grafipar e posta em circulação mensalmente, vem a se tornar "porta-voz" dos agricultores, dos lavradores, de gente humilde e que está longe dos meios de comunicações. Vem tratando de assuntos atinentes ao homem da terra, aos graves problemas desconhecidos de muitos, inclusive das autoridades governamentais. Por isso merece nossa atenção em especial, pois não se trata de publicações demagógicas, mas sim da verdade, dos anseios e das reclamações em busca de soluções.

Notamos o interesse da direção e corpo funcional da citada revista, em trazer ao conhecimento geral problemas diversos, mas aprofundando-se nos problemas acima referidos, que nesta parte importante do desenvolvimento do nosso Estado continua a merecer atenção especial de nossa parte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Conselho Regional de Contabilidade e ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, apresentando um voto de congratulação pela passagem, hoje, do "Dia do Contabilista".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE SOUZA, M.D. Secretário de Estado da Educação, solicitando estudos para a instalação de uma extensão do ensino de 1.º grau (5.ª à 8.ª Séries), na localidade de Santa Lúcia, Município de Dois Vizinhos.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, mais de 80 alunos estão sem escola, por terem concluído as primeiras séries do 1.º grau (1ª à 4ª Séries).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja suspensa a Sessão Plenária do dia 30 de abril próximo, para que no mesmo dia se realizem as reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a constituição de uma Comissão de Deputados, para representar este Legislativo nas soleni-

dades de posse e transmissão de cargo ao ex-Deputado Túlio Vargas, na Presidência do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, dias 26 e 27 do corrente, sem ônus para esta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 44/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, passa a contar, a partir da próxima Legislatura, com quinze (15) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores em cada legislatura, será alterado por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até cento e oitenta (180) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo TRE, e de acordo com proporção e número estabelecidos através do citado artigo 28.

O ofício n.º 44/79, datado de 18 de abril do corrente ano, que recebemos da Presidência da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, juntamente com a certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, dizem da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho vindo a esta tribuna assiduamente, para falar sobre o problema do arroz; o arroz que o Paraná está consumindo, é arroz importado. Importado de outros Estados brasileiros. E o Governo acaba de importar 700.000 toneladas do produto, de outros países. E no Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um fato que vem ocorrendo já de outras safras, é a pressão sobre a política de preços, que reflete diretamente no consumidor e nos beneficiadores de arroz do Paraná, ou maquinistas do Paraná.

É que este produto, Sr. Presidente, atualmente, por força da seca que se investiu contra a produção de arroz do Paraná, trouxe um outro grave problema - o produto que é consumido no Estado, que é trazido para o Estado do Paraná, provém das safras de Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul, e parcialmente do Estado de Goiás, por um preço especulativo que custa, hoje, na fonte a saca, cerca de 300 cruzeiros, aduzido o transporte rodoviário. A saca de arroz chega ao Paraná por volta de 360, 380, conforme a sua procedência, e é absolutamente impossível colocar o produto no mercado pelo preço mínimo estabelecido e pelo preço congelado.

Mas há uma solução, Sr. Presidente: que o Governo Federal, tendo estabelecido a 220 cruzeiros a saca, em casca, e não tendo uma disciplina, uma política unificada a nível nacional, cria um problema maior, qual seja, a tributação do Imposto de Circulação de Mercadorias.

O produto está sendo comprado pelo empresários, no Mato Grosso do Norte e no do Sul, por essa quantia absurda de 300 a 350 cruzeiros, sem nenhuma participação do Governo do Estado do Paraná, da SUNAB, de quem quer que seja, para colocar uma disciplina, sobretudo quanto à tributação do Im-

posto de Circulação de Mercadorias. É que, o Estado do Mato Grosso do Norte tem uma pauta, hoje baseada no valor de 300 cruzeiros, para efeito de tributação do ICM; Mato Grosso do Sul, tem uma pauta de 350 cruzeiros por saca. E isto, Sr. Presidente, onera substancialmente o preço do produto, a nível de consumidor, porque o industrial do produto, ele repassa o custo de produção e o custo de industrialização, sob pena de, não ter possibilidade de dinamizar os seus negócios.

E o que é que se precisa fazer?

O Governo do Estado do Paraná precisa, urgentemente, estabelecer um contato, um diálogo com os governantes dos Estados do Mato Grosso do Norte e do Sul, buscando a fixação de um preço básico para não onerar o produto, a nível do consumidor paranaense.

Este é o apelo que venho fazer desta tribuna, que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado entre em contato telefônico com os Governadores do Mato Grosso do Norte e do Sul, principalmente do Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Norte, houve até uma mobilização dos agricultores, pedindo ao Governo que baixasse o preço básico, para efeito de tributação, de 350 para 300 cruzeiros a saca, evitando assim, a incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias, sobre um preço fictício, porque isto onera substancialmente o produto, ou o preço do produto a nível de consumidor.

Esta é uma das razões que a SUNAB não conhece e por isto fica dizendo que precisa ter o produto nos supermercados e nos mercados para o fornecimento ao consumidor, mas antes é preciso que o produto seja trazido para o Estado do Paraná, a preço compatível de ser colocado no mercado consumidor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Esta Presidência registra com muita satisfação para a Assembléia Legislativa, a presença em nosso Plenário, do Deputado Federal Hélio Duque.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desincumbo-me, nesta oportunidade, do dever de externar meus cumprimentos ao ilustre companheiro de bancada, Deputado José Tavares, em virtude do teor de seu pronunciamento na semana que passou, quando condenou as nomeações de delegados leigos por razões meramente políticas, interferências estas sempre conflitantes com os interesses da Justiça e da comunidade.

Tais ingerências registraram-se no meu Município de Campo Largo, ainda no ano de 1972, quando participava de memorável campanha política, disputando o cargo de Prefeito Municipal.

Vítima do desagrado do candidato situacionista, um probo e reto delegado de carreira que dignificou sua presença frente à Delegacia de Polícia de Campo Largo, nos anos que conosco conviveu, desempenhando — saliente-se —, suas funções sempre norteado por sadios princípios de Justiça e equidade, foi incompreensivelmente substituído por um Delegado destituído das necessárias qualificações.

Atos absurdos de perseguição foram perpetrados para espanto e intranquilidade da laboriosa população de Campo Largo.

Detenções injustas de centenas de pessoas foram levadas a efeito, e todas de cunho partidário, pois elas ensejavam oportunidade ao candidato situacionista de se arvorar em pseudo-defensor dos detidos por ordem de uma autoridade forjada e descaracterizada.

Intimidava-se os simpatizantes de nossa candidatura ameaçando-os de punição caso não votassem em meu adversário, o candidato do partido governista.

Ainda assim, tais artifícios escusos, desonestos e ultrajantes não surtiram os efeitos desejados.

Vencemos.

Logo após minha posse frente à Prefeitura do Município de Campo Largo, prazerosamente assistimos o retorno dos Delegados de carreira, com os quais, eu e toda a gente de Campo Largo tivemos a felicidade de com eles conviver durante quase quatro anos.

Quero louvar a honradez com a qual se houve no exercício de suas funções, o Doutor José Maria de Paula Correia, não deixando de fazer justiça ao seu antecessor, ambos merecedores de respeito, da confiança e da admiração dos munícipes de Campo Largo.

No entanto, eis que já ao se aproximar o término de nossa gestão, para tristeza geral, recebo em meu gabinete de trabalho, a pessoa desse ilustre Delegado.

Por não mais suportar as pressões exercidas pelos políticos locais, expôs sua situação, solicitando transferência, dando lugar novamente à presença de delegados leigos, estes apadrinhados pelos manejadores dos cordéis do Poder.

Por isso, congratulo-me com o Delegado José Tavares, pelo seu oportuno, correto e sensato posicionamento, adiantando nesta oportunidade, o meu apoio ao seu discurso, declarando-me também frontalmente contrário aos objetivos do projeto de lei apresentado nesta Casa e que assegura a efetivação no cargo de Delegado de Polícia aos ocupantes de Delegacias de Polícia que tenham exercido estas funções por mais de cinco anos, mesmo sem a necessária qualificação profissional auferida pelo Curso de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado José Domingos. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos assuntos hoje, que mais está voltando e ocupando as páginas dos jornais brasileiros, sem dúvida nenhuma, exatamente pelo longo período que se deixou de realizar, refere-se à greve de diversas categorias em vários Estados brasileiros.

E o outro assunto que já vem se arrastando há vários anos no Ministério do Trabalho e também várias vezes abordado por Deputados Federais, no Congresso Nacional, é a modificação a ser introduzida na Consolidação das Leis do Trabalho e, realmente, há uma controvérsia muito grave, principalmente nas mudanças da CLT, e eu acredito hoje, que grande parte das confusões que estão acontecendo, principalmente com as greves que estão sendo realizadas no Brasil, atualmente, aliás, diga-se de passagem que greve é um direito natural que a classe trabalhadora tem para reivindicar, para pressionar e adquirir melhores direitos.

Nestas condições, Sr. Presidente, para que num assunto tão importante que é a modificação das leis do trabalho e a imediata modificação da lei de greve no Brasil, para que o nosso Estado possa apresentar algumas sugestões, e quem sabe, real e verdadeiramente colaborar para que nós possamos ter uma lei que venha disciplinar as greves neste País, de forma a favorecer a classe trabalhadora e que a Consolidação das Leis do Trabalho se venha a atualizar, pois todos nós sabemos que a Consolidação das Leis do Trabalho é de 1943, já totalmente ultrapassada; quando depois da aprovação da lei do trabalho a própria Organização Internacional do Trabalho que aprovou o convênio n.º 87, e que dá total, ou melhor dizendo, que vem disciplinar as liberdades sindicais e condições, realmente, de atividades sindicais, até hoje, não está ratificado pelo Governo Brasileiro.

Então, nestas condições, nós apresentamos, Sr. Presidente, o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja constituída, por esta Casa de Leis, uma Comissão Especial para analisar a Lei da Greve e as modificações a serem introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho, formando um documento a ser encaminhado ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho, como subsídio.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Vimos sentindo o grande interesse que o Presidente da República e o Ministro do Trabalho têm com referência a uma nova regulamentação da Lei da Greve, bem como estão sendo acuradamente estudadas as modificações a serem introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho. Assim sendo, sentimos também que esta Casa de Leis não pode ficar alheia a um problema tão importante e de tão alta responsabilidade, devendo emprestar uma colaboração, na forma de subsídios, razão pela qual propomos a criação da referida Comissão, da qual, ressaltamos, deverão ser convidados também a participar, as principais lideranças sindicais do Estado do Paraná".

Era só o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Na administração pública, pode-se traçar o perfil do dirigente avaliando o grau de realizações concretizadas, em relação aos compromissos assumidos e em relação às necessidades decorrentes e visíveis. Decorridos quarenta dias da administração de Ney Braga, nós vislumbramos evidências de um programa administrativo que assume com nitidez os contornos voltados à ação social e eficaz, voltado sobretudo àquilo que sempre apregoou que foi a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

O Planejamento Global da Administração do Estado está orientado pela acertiva de que o desenvolvimento será válido na medida em que criar melhores condições de vida para todos. Este enunciado se desdobra em seu significado, pois só se alcança o bem comum satisfazendo justamente as aspirações básicas de todas as camadas da sociedade. Uma parte da sociedade tem o privilégio de poder orientar-se por si. A grande maioria, precisa da capacidade de visão dos administradores para suprir-lhes as necessidades.

As metas sociais são prioritárias e o ponto de partida para atingi-las é uma adequada infraestrutura de serviços, como saneamento básico, educação, saúde, energia, comunicação e transportes. Ney Braga com sua grande experiência política e administrativa, com sua invulgar capacidade de estadista tem a exata dimensão dessa prioridade, porque já acionou todos os instrumentos ao alcance do Estado para cumpri-la.

A execução dessa política não está centralizada na organização administrativa do Estado, pois pressupõe a participação de todas as comunidades.

O Governo de Ney Braga já está atuando efetivamente nos municípios, dando-lhes assistência técnica, administrativa e financeira; orientando e apoiando execuções de projetos, em função das necessidades reais de cada comunidade; apoiando a implantação de programas prioritários e estabelecendo ainda, uma ação efetiva para a captação de recursos de organismos federais.

Esta atuação vem caracterizada por uma nova filosofia administrativa, orientada para o pleno atendimento às necessidades básicas das comunidades, sem ingerências políticas ou preferências pessoais. Esse é um aspecto que eu quero ressaltar.

A assinatura de convênios e contratos entre as prefeituras

paranaenses e o BNH, realizadas ontem, proporciona um parâmetro adequado para sentir a dimensão dessa filosofia e serve para evidenciar que este Governo se preocupa, desde o início, em seguir fielmente o programa de ação anunciado.

O Governador Ney Braga não admite a colocação de critérios políticos para beneficiar este ou aquele município. Segue tão somente a diretriz fundamental de que os municípios serão atendidos segundo o grau de premência e as suas necessidades e não para conveniências de outra natureza.

E o melhor exemplo disso, um exemplo palpável e visível, foi o repasse de 244 milhões de cruzeiros, à Prefeitura de Londrina, para a implantação do Projeto Cura que consiste na execução de obras integradas de infraestrutura, como asfalto, energia elétrica, água, esgoto e equipamentos comunitários. Entre as prefeituras beneficiadas, com o repasse desses recursos encontra-se Cambé, Ibiporã e São José dos Pinhais, que assim como Londrina, são governadas pela Oposição.

Este é um gesto de convite a um labor conjunto. É uma demonstração de que a sua administração, realmente está voltada aos interesses maiores, às ansiedades mais prementes, independente da posição política. Em nome de Londrina, cidade que tenho a honra de assim como outros companheiros desta Casa, representá-la, em nome do povo, eu quero agradecer a Sua Excelência o Governador do Estado, esta deferência, a presteza e a forma desprendida como o fez, eis que, de um total de quase um bilhão de cruzeiros, repassadas as Prefeituras, 1/4 foi destinado à cidade de Londrina, muito carente e sabemos o quanto ela é carente hoje.

Eis que Londrina, a apregoada cidade milionária de ontem, hoje não é mais do que uma cidade pobre, carente e necessitada.

Não podemos deixar, portanto, de aplaudir esta linha de conduta, sobretudo honesta. Uma conduta que disse, é u'a mão estendida, um convite ao labor conjunto. Ney Braga age com um perfeito entendimento entre aquilo que é essencial e aquilo que é secundário, sem rancor das diferenças políticas, ao contrário, de braços estendidos para o entendimento.

Entende ele que se há divergências, e que as há, e quando não as houver? Elas não devem extrapolar ao âmbito político, ele tem principalmente a consciência que o desenvolvimento do Paraná exige a participação de todos, indistintamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Deputado Estadual mais votado nesta cidade, sinto-me no direito e na obrigação de me reportar hoje, a um pronunciamento já feito há dias atrás, pelo companheiro Sr. Deputado José Tavares, quando trazia em nome de moradores de diversos núcleos residenciais de nossa Curitiba, pedidos, reivindicações, e extravasava aqui também, algumas reclamações e que não eram poucas.

Hoje, o jornal "O Estado do Paraná", diz que três mil famílias estão denunciando, estão pedindo, estão reclamando, e apresenta inclusive, um abaixo-assinado dos moradores dos diversos núcleos residenciais de nossa Curitiba.

Moradores do núcleo Eucaliptos, Saturnino Brito, Tiradentes, Parigot de Souza, todos do Xaxim, Oswaldo Cruz 1 e Oswaldo Cruz 2, da Cidade Industrial, e Fernão Dias, em Santa Felicidade.

Há inclusive, uma carta pedindo ao Sr. Governador que tome alguma providência, porque a COHAB-CT, não honrou os seus compromissos, que o valor das prestações está o dobro do combinado; que as crianças estão sem escolas para estudar, que há falta de segurança, que o esgoto residencial está sendo atirado nas galerias de água fluvial e que os moradores terão que

passar fome para poder pagar a casa ao BNH.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero me reportar ainda, a 1976, quando das eleições para Vereador. No núcleo residencial Tarumã, o então Prefeito Saul Raiz, sempre acompanhado de um ou outro Vereador, fazia algumas promessas, inclusive de que o asfalto naquele núcleo seria gratuito. Tinha, naquela ocasião, um parente candidato a Vereador pelo meu Partido, e os moradores daquele bairro onde tive expressiva votação nesta eleição, diziam que ficavam até constrangidos em não dar o voto a quem não estava pedindo; porque havia uma promessa de se colocar, naquele núcleo, um asfalto gratuito. O que beneficiaria todos os moradores daquele núcleo residencial.

Muito bem, passou-se a eleição de novembro de 1976, e antes do Natal, veio o presente: uma tabela de preços, onde os moradores teriam que optar. E os preços variavam de 14 a 32 ou 36 mil cruzeiros. Este era o asfalto prometido como gratuito para os moradores do Núcleo Residencial Tarumã.

Hoje, três mil famílias em Curitiba estão preocupadas, porque igual promessa acabou acontecendo no sentido de que as prestações estariam entre 800 a 1200 cruzeiros. E o que a gente encontra, no dia de hoje, é que três mil famílias estão pagando um mil e oitocentos cruzeiros, no mínimo, em suas prestações, bem superior, este pagamento, ao salário mínimo do povo brasileiro.

Há uma promessa do Sr. Prefeito, de estudar o caso. E tomara que não fique na promessa, como ficaram as promessas do Prefeito anterior.

Quero pedir também, quero apelar também nesta oportunidade, para que haja sensibilidade do Governo do Estado, para atender esta reivindicação que é muito justa, de três mil famílias na minha Curitiba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tivemos a oportunidade, na semana passada, de participar, na cidade de Canelas, no Rio Grande do Sul, de um congresso que tratou sobre um dos assuntos que está mais em moda no momento: Ecologia, Poluição e Reflorestamento.

Principalmente reflorestamento, que foi um tema principal daquele congresso. E realmente aprendemos muito. Foi sem dúvida nenhuma, um congresso extraordinário e que levantou problemas seríssimos, não só em termos de sul do Brasil, mas de toda a situação nacional. Principalmente pelos conferencistas que lá participaram, todos eles de grande nome dentro deste setor, no Brasil.

E nós apresentamos um trabalho que foi aprovado pelo plenário daquele congresso, e que gostaríamos de apresentar hoje na Assembléia Legislativa e de solicitar aos Srs. Deputados desta Casa o apoio também para este trabalho.

Inicialmente, começarei lendo o requerimento e depois então, a justificativa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o seguinte:

1. Que 1980 seja declarado o "ANO NACIONAL DA ECOLOGIA";
2. Que durante todo o ano de 1980, seja feito um amplo trabalho de divulgação dos problemas ecológicos, com palestras sobre o tema, através do Rádio e Televisão, a serem proferidas por pessoas de elevado gabarito e de grande projeção na vida pública;
3. Que as Secretarias de Agricultura de todos os Estados do Brasil, em conjunto com as Prefeituras Municipais, estudem a viabilidade de criação de Parques Florestais e que, mediante

convênios firmados entre os órgãos do Governo e as Prefeituras, sejam contratados Engenheiros Florestais para o desempenho das funções de Orientadores e Fiscalizadores da Política Florestal;

4. Que todos os Estabelecimentos de Ensino, tanto da Rede Oficial quanto os Particulares, sem exceção, incluam o ensino de Ecologia em seus currículos, em todos os níveis (1.º e 2.º graus e Superior);

5. Que o Conselho Federal de Educação faça incluir "DIREITO AMBIENTAL" como disciplina obrigatória nos Cursos de Bacharelado em Direito;

6. Que sejam promovidos Concursos sobre o Tema em todas as Escolas;

7. Que este documento seja encaminhado às seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
- b) Ministro da Agricultura;
- c) Presidente do Senado;
- d) Presidente da Câmara Federal;
- e) Líder do Governo no Senado;
- f) Líder do Governo na Câmara Federal;
- g) Líder da Oposição no Senado;
- h) Líder da Oposição na Câmara Federal;
- i) Presidentes de todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná;
- j) Presidentes das Assembléias Legislativas de todos os Estados do Brasil.

8. Com referência às letras "i" e "j", do item 7, que tais líderes encaminhem documento idêntico às principais autoridades de seus respectivos Municípios e Estados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A cada dia que passa, parece aumentar o interesse em torno do Tema "ECOLOGIA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE".

Hoje, esse Tema já não está mais nem sendo usado, está sendo explorado como motivo para se fazer cinema, teatro, novelas, músicas, romances, poesias, de tal forma que um risco muito sério está a ameaçar o Movimento Ecológico, qual seja a sua transformação num modismo que não leve a nada.

No entanto, um problema de índole essencialmente racional não pode refluir para o campo do passionalismo mais primitivo e incontrolável.

Daí a necessidade de uma tomada de consciência basicamente salutar, objetivando alcançar verdadeiramente os propósitos colimados.

"A conservação dos recursos do ambiente é importante não somente porque amamos a natureza, ou desejamos proteger planta e animais que se encontram em perigo de desaparecimento. Essas são, em geral, as justificativas mais apregoadas pelos naturalistas. Existe, no entanto, uma justificativa mais importante: necessitamos proteger a nós mesmos - salvar nossa própria pele". (1)

Chegamos à fase em que ou o homem cria um estado de harmonia com a terra, estabelecendo uma relação compatível entre o desenvolvimento tecnológico e o uso racional do meio ambiente, ou sucumbe irremediavelmente.

Até há bem pouco tempo sequer se imaginava que um dia o ar limpo e a água pura poderiam vir a escassear neste privilegiado solo brasileiro.

A tomada de consciência dos perigos que advirão com as explorações desordenadas da flora e da fauna é plenamente justificável por três importantes razões:

(1) Alvim, Paulo de Tarso - "Equilíbrio entre Utilização e Conservação". Revista Silvicultura, Ano 11, Janeiro/fevereiro/78, p. 30.

1. Porque os recursos renováveis não são inesgotáveis;
2. Porque a população do mundo aumenta em crescimento explosivo, enquanto a reconstituição dos recursos naturais não se faz no mesmo ritmo;
3. Porque os povos exigem um padrão de vida cada vez mais elevado e, como decorrência, cresce de maneira insaciável o consumo de matéria-prima pelas indústrias em expansão". (2)

A FORMAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA:

Ao ser descoberta, por navegadores portugueses no ano de 1500, grande parte da área que é hoje ocupada pelo Brasil achava-se coberta por duas extensas formações florestais.

- a) Uma contínua Floresta Atlântica, do Rio Grande do Norte até à metade do Rio Grande do Sul, ocupando uma área global de 1,2 milhões de quilômetros quadrados. Era delgada a Floresta no Norte do Brasil, não mais de 80 km de largura, alargava-se daí para o Sul, de modo que na altura do Rio de Janeiro estendia-se por 400 km de largura, até o Rio Paraná.
- b) A Floresta Amazônica, com 3,6 milhões de quilômetros quadrados, mais ou menos com as mesmas dimensões atuais, exceção de frações já destruídas entre Belém e Bragança e ao longo da Rodovia Brasília-Belém. A Transamazônica abre possibilidades enormes de desmatamento, tendo em vista ser eminentemente agrícola-extensiva a concepção vigente para o seu aproveitamento.

Ao longo dos 479 anos que seguiram ao seu descobrimento, o povoamento do País alterou profundamente esse quadro, especialmente na parte ocupada pela Floresta Atlântica, destruída de modo uniforme e intenso." (3)

A floresta Amazônica, por sua vez, é a maior área de floresta tropical úmida contínua do mundo. Com uma área de 260 milhões de hectares, ela representa a terça parte do território nacional e compreende, aproximadamente, três quartos da área florestal do Brasil. Ao mesmo tempo, dispondo de 4.000 espécies diferentes de árvores, com diferentes propriedades, é também única no mundo.

Atente-se para o perigo do processo erosivo crescente no Amazonas em decorrência de, a cada 12 meses, serem cortados nada menos de 300 mil hectares de florestas. E a destruição da camada fértil do solo pela erosão é a maior ameaça que pode ocorrer.

A erosão é um fenômeno natural, que ocorre constantemente na maior parte da superfície da terra. Mas isso se dá em ritmo geralmente lento, de modo que o novo solo que está sendo formado praticamente compensa a perda, mantendo-se o padrão de fertilidade habitual. O processo atinge, porém, proporções desastrosas quando entra em cena o homem, com suas diversas práticas de ocupação e utilização do solo.

Como o maior agente de erosão são as águas pluviais (embora possa ser também o vento e outros fatores), convém descrever como se desenrola essa ação.

"As águas que caem sob a forma de chuva têm os seguintes destinos:

- parte é retida na superfície do terreno e da vegetação e é evaporada, retornando à atmosfera;
- parte é absorvida pelo tapete de detritos vegetais que recobre o solo das florestas, constituindo o orvalho;
- parte infiltra-se no solo, mas logo nas primeiras camadas deste é absorvido pelas raízes das plantas e transpirada pelas folhas, voltando à atmosfera;
- parte infiltra-se mais rapidamente, armazenando-se tem-

porariamente como água subterrânea;

- parte pequena chega a determinadas áreas do subsolo, onde reage quimicamente, participando da constituição dos minerais alterados;

- finalmente, uma parte corre sobre a superfície, concentrando-se nas ravinas e rios.

Quando o solo está desprotegido de cobertura vegetal e, sobretudo, quando a topografia é mais íngreme, o resultado é que esta última corrente é grandemente engrossada pela parte que deveria ficar nas folhagens, no tapete de detritos e mesmo infiltrar-se no solo (pois esta infiltração é grandemente favorecida pelo efeito de retenção local exercido pela flora). Há, assim, uma "lavagem" da camada superficial do solo; o impacto das gotas de chuva desloca partículas de terra e estas são arrastadas pelas águas que escorrem na superfície. São parcelas daqueles poucos centímetros de solo fértil que rodam na correnteza. Como pela ação da gravidade as águas correm vertente abaixo, carregando aquelas partículas de solo para os leitos dos rios. Além disso, à medida que vão engrossando, essas correntes adquirem energia para promover um trabalho erosivo mais profundo. Os próprios detritos e fragmentos de rochas que a elas se vão incorporando, à sua passagem funcionam como "raspadeiras" que vão ferindo e deslocando cada vez maior camada de solo. A par desse efeito erosivo nas elevações e encostas, a água carregada de sedimentos faz com que os rios comecem também a "raspar", isto é, erodir suas margens. Desse modo, quantidades imprevisíveis de solo fértil e detritos são arrastados pelos rios, provocando o assoreamento, tanto do fundo de seu leito, como em represas e barragens que se constroem a jusante (diminuindo as respectivas capacidades de armazenamento de água e da geração de energia), ou nos portos que se localizam no seu estuário (exigindo custosas e permanentes operações de dragagem para acolher navios de maior calado).

Mas, talvez, os piores resultados sejam mesmo os que se verificam nas elevações e encostas, cujo solo é deixado desprotegido à ação das intempéries. Além da perda da fertilidade e do caminho aberto para a desertificação, a erosão pode aí determinar acontecimentos de proporções catastróficas." (4).

Segundo sugestão do Professor Gerhard Speidel, Presidente do Conselho Nacional de Florestas da Alemanha Federal, é preciso que se faça uma classificação geral sobre a maior reserva florestal brasileira, destacando nisso a qualidade do solo, declive e outros dados relevantes. Após essa medida estabelecer a reserva como "floresta protetora". Ratificando alusões de técnicos, Speidel afirma ainda que a erosão tem absorvido 900 hectares de terra anualmente nos terrenos inclinados, ao passo que em regiões onde há floresta contínua com o mesmo declive, o índice não ultrapassa a uma tonelada, por hectare, anual. Ainda segundo o mesmo professor, o mínimo que se deve preservar de reservas florestais é 25%, nada menos.

Para se ter um controle é necessário estabelecer um tipo de cadastramento como o que se faz na Alemanha. Depois que a autoridade competente assume o controle de todas as reservas mediante essa pesquisa, nenhuma área poderá ser mexida sem o prévio consentimento do poder público.

Segundo Warwick Estevan Kerr, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, esta precisa ser ocupada vagarosa e inteligentemente. Isto porque, segundo o ditado "onde entra o boi o homem sai" é um verdadeiro contra-senso querer povoar a Amazônia com um agente despovoante. Paulo de Tarso Alvim, Diretor Técnico Científico da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, coloca como consequência mais danosa, sob o ponto de vista físico, econômico e social, caso os desmatamentos continuem se processando de forma desordenada, o

(4) Revista MUNDO — Econômico, Político & Social, Ano III, n.º 3, dezembro 78. pgs. 21 e 22

(2) Berutti, Paulo A. - Revista Silvicultura, Ano I, março/abril 1977, p. 11

(3) Mesquita, Luiz Vieira de Carvalho - Revista Silvicultura, Ano I, março/abril/1977, p.17.

empobrecimento do solo como resultante da erosão, da lixiviação, da destruição da matéria orgânica e, finalmente, da compactação. Outro problema sério é o assoreamento dos rios como consequência da própria erosão, com aumento das enchentes na época das chuvas e diminuição das águas nos períodos de estiagem. Obviamente, a destruição inútil da flora e da fauna é outro motivo de grande preocupação. Muitas espécies vegetais de possível interesse para o homem poderão desaparecer sem que tenhamos a possibilidade de estudá-las.

Deve-se considerar que ainda é possível promover uma ação preservadora. Isto é especialmente válido para a Amazônia, onde, apesar da entrada predatória do homem dito "civilizado", pela vastidão do território que conserva sua cobertura vegetal original, ainda é tempo de conter a devastação e disciplinar uma ocupação parcial e racional da região.

Segundo o consenso dos melhores técnicos, "podem ser enunciadas da seguinte forma as grandes linhas de uma política realista nesse sentido:

- 1) Selecionar na estratégia de sua ocupação, como polos de interesse econômico, o emprego disciplinado dos recursos florestais; a exploração racional dos bens materiais e a utilização turística dos ecossistemas de particular beleza, em substituição à atual agressão ecológica massificada.
- 2) Desenvolver, preferencialmente, nas atividades ligadas ao uso da terra, a exploração florestal auto-sustentada, ao invés de continuar promovendo o desmatamento de extensas áreas para pecuária, que deverá passar a atividade secundária de apoio, restrita a zonas selecionadas, aptas à finalidade.
- 3) Instalar efetivamente os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas, já criados por dispositivo legal, além de outros que venham a ser selecionados. A par de sua importância econômica, os Parques e Reservas constituem fatores de conservação do ambiente natural do homem e asseguram a sobrevivência das potencialidades biológicas.
- 4) Acelerar a implantação de todas as estações ecológicas, criadas com vistas a proporcionar às Universidades a infra-estrutura necessária ao estudo dos principais ecossistemas brasileiros.
- 5) Evitar a proliferação de grandes monoculturas, com vistas a preservar, tanto quanto possível, a diversidade da floresta. A simplificação dos sistemas naturais complexos, através da introdução de monoculturas, conduz sempre a um equilíbrio precário entre a espécie plantada e o ambiente, criando um sistema ecológico instável.
- 6) Desenvolver, em relação aos grandes projetos de mineração previstos para a Amazônia, uma ação preventiva capaz de impedir os efeitos desastrosos da poluição do ar e das águas, tendo em vista que a região apresenta acentuada tendência para tornar-se um importante polo de exploração mineral.
- 7) Intensificar estudos para exploração racional da várzea, tanto no sentido de proteção e utilização não predatória do potencial pesqueiro, como no desenvolvimento de uma agricultura e uma pecuária bem conduzidas.
- 8) Na abertura de rodovias, conservar, como reservas, faixas de floresta de pelo menos 500 metros de largura em cada margem, o que propiciará melhoria do microclima e conservação do potencial turístico, além de dificultar a disseminação de pragas." (5).

Mas, mesmo fora da Amazônia, há ainda muito o que con-

servar intocável ou explorar racionalmente, sob a forma de reservas florestais, reservas biológicas, parques nacionais ou estações ecológicas.

Um expressivo exemplo disso deu o Governo do Estado do Paraná, em setembro de 1978, ao criar, por ocasião do "I Simpósio Nacional de Ecologia", o PARQUE MARUMBI, de acordo com Projeto estruturado pelo Instituto de Terras e Cartografia, da Secretaria do Estado da Agricultura - SEAG.

Trata-se de uma área de 76.000 hectares, situada nos contrafortes da Serra do Mar e predominantemente revestida por mata pluvial tropical. Além da preservação de um vasto conteúdo natural (florístico, faunístico e hidrológico), de marcante sentido ecológico, proporcionará proteção aos mananciais de abastecimento de água de Curitiba e cidades adjacentes, conterà o assoreamento dos Portos de Antonina e Paranguá e reservará para desfrute turístico ordenado, região de rara beleza paisagística.

Na concretização desse ato se traduz a coragem de uma administração e a sua sensibilidade para os reais problemas de interesse público, pois não é difícil imaginar a soma de interesses imediatistas que foi preciso enfrentar e contrariar.

Por isso mesmo, estamos diante de um marco histórico, cujo alcance mais profundo só poderá ser propiciado através de um rápido retrospecto:

No final do século passado o Paraná tinha cerca de 83% de seu território recoberto de florestas, vale dizer pouco menos de 17 milhões de hectares. Em 1963 esta área florestal tinha sido reduzida para 6.090.150 hectares, ou seja, para 30,4% da superfície total do Estado.

Levantamento efetuado pela Escola de Florestas da UFP (Convênio SUDESUL - Governo do Estado do Paraná - IBDF), revelou que em 1973 a superfície de florestas naturais tinha sido reduzida a 2.379.547 hectares, ou seja, para apenas 11,83%. Nova verificação, feita em 1978, constatou que esse percentual abaixou para níveis mais alarmantes, em decorrência de que a expansão considerável dos plantios de soja e trigo ocorreram justamente a partir de 1973, senão vejamos:

"Fisionomia da Ocupação do Solo Paranaense:" (6)		
TIPOS DE ÁREA	HECTARES	TOTAL
Águas Internas	49.400	0,3
Culturas:		
— temporárias	6.550.000	32,8
— permanentes	1.200.000	6,0
Pastagens	6.450.000	32,3
Florestas	1.713.600	8,6
Expansão Fronteira Agrícola	992.400	5,0
Inaproveitável para a		
Agricultura	1.500.000	7,5
Reservatórios de Hidrelétricas	1.000.000	5,0
Urbana	500.000	2,5
TOTAL	19.955.400	100,0

No decênio entre 1963 e 1973 foram devastados 3.710.603 hectares de florestas nativas. Nos quinze anos, entre 1963 (quando ocorreram os calamitosos incêndios de agosto e setembro desse ano) e 1977, foram reforestados apenas 456.000 hectares. Dessa forma, os plantios artificiais respondem apenas por um quinto da superfície florestal do Paraná.

Pode-se calcular, sem receio de erro — que a nossa cobertura florestal nativa esteja hoje abaixo de 9%. Será que ela satisfaz as necessidades atuais e futuras do Paraná?

Para responder, façamos confronto com a situação de outras comunidades próximas e de estrutura fisiográfica e sócio-econômica parecida com a nossa. A Província de Misiones,

(5) Revista MUNDO - Econômico, Político & Social, Ano III, n.º 3. Até Dezembro de 1978. pp. 26, 27, 28, 38, 39, 42.

(6) Revista MUNDO - Econômico, Político & Social. Ano III, n.º 3. Até Dezembro de 1978. p.43.

na Argentina, tem superfície total de 30.000 km², da qual 63% está coberta de matas; a Província Argentina de Salta tem 58%; a de Jujuy (de polos semi-áridos) tem 22%. A Bolívia tem 44% de seu território florestado. O Paraguai 47%. O Uruguai, talvez o menos florestado de todos os países sulamericanos tem 14,3%.

Na Europa a situação florestal está secularmente estabilizada, com a totalidade dos países empenhados no aumento das áreas de mata, que variam percentualmente de 61% na Finlândia, a 29% na Alemanha, 26% na França e 19% na Itália.

Tal confronto leva-nos a concluir pela extrema precariedade do nosso percentual de florestas, tendo-se em conta sobretudo o fato delas estarem concentradas em duas áreas apenas: a faixa da Serra do Mar e o Parque Nacional do Iguaçu. Afora esses dois maciços não existem mais áreas florestais contínuas, de razoável porte, no Paraná.

Esse rápido desnudamento está trazendo sérias consequências e as agravará sobremaneira. Seus efeitos não se farão sentir somente na ordem ecológica climática, ambiental e sanitária, mas afetarão também o quadro humano e a economia de nosso Estado. Politicamente, porque se sabe que o equilíbrio psicológico dos habitantes de comunidades industriais — nesta era de barulho, poluição e nervosismo — só é alcançado com a recreação e o conforto visual que a floresta propicia.

Economicamente, porque a madeira e outros produtos florestais proporcionam trabalho para centenas de milhares de trabalhadores paranaenses.

Porém, mais grave do que o progressivo desaparecimento da matéria-prima madeira é o efeito do desmatamento indiscriminado sobre o regime hidrológico dos nossos rios, cujas baixas de vazão podem comprometer todo o futuro energético do Estado e até o planejamento hidrelétrico do País. A destruição de 11.500 km² de mata nos últimos 30 anos, no noroeste do Paraná, acusou um violento processo erosivo na região, tornando impróprios para o cultivo 95 dos 153 municípios da área. E havia condições de evitar esse mal. Contudo, destruída a mata, plantou-se café sem a menor observação de conservação dos solos, que requeriam um alto nível de manejo.

Diante de perspectivas tão sombrias e que não são de hoje (o Prof. Reinhardt Maack vinha alertando sobre a agravação do problema desde 1947), é confortador constatar-se a atenção e o interesse que o Poder Legislativo tem votado ao tema.

Graças à iniciativa do então Deputado Romário Martins, o Paraná teve um dos primeiros e mais avançados códigos florestais que vigoraram no País (Lei n.º 706, de 1.º/04/1907), por ele atualizado em 1919 e 1926.

Foi em função de alertamentos partidos da Assembléia Legislativa que os Governadores Manoel Ribas, Bento Munhoz da Rocha e Ney Braga criaram as maiores Reservas Florestais de que chegou a dispor o Estado (hoje lamentavelmente comprometidas). E a Assembléia teve ensejo de analisar esse grave problema quando discutiu e votou a Lei n.º 33 (de 17/01/48), que criou as Reservas Florestais das Regiões Missioneiras (Pitanga, Reserva, Tibagi, Jaguapitã e Mandaguari).

Está bem nítido na memória de todos o proveito que tiveram os membros desta Casa com a iniciativa de seu então Presidente, Deputado Paulo Camargo, em 1976, ao convocar diversos e destacados especialistas para discorrerem e opinarem sobre os nossos problemas ecológicos e ambientais.

É lamentável, porém, que as crises que nos tem atingido não gerem ensinamentos mais duradouros. Haja visto o trágico incêndio florestal de 1963 (que tanta repercussão teve nesta Casa) e que motivou a vinda ao Paraná de uma Comissão da Câmara dos Deputados, cujo relatório foi apresentado na Sessão de 9 de novembro do citado ano.

Como decorrência desses dolorosos acontecimentos e do documento citado, o então Governador Ney Braga encaminhou

a esta Casa mensagem propondo a criação não só da Secretaria de Florestas, como de um Fundo de Defesa Florestal e de uma Taxa de Defesa Florestal.

E, após uma solução de continuidade, com o seu retorno ao Governo, o primeiro projeto em elaboração e que deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa é com respeito à criação de um órgão que se dedique com exclusividade ao Reflorestamento e à defesa de nossas matas, embora o problema, hoje, se apresente com maior gravidade, exigindo a tomada de medidas mais drásticas.

Infelizmente o Paraná ocupa atualmente um modesto quarto lugar em área reflorestada, sendo superado por Minas Gerais em primeiro lugar, São Paulo e Mato Grosso, respectivamente, segundo e terceiros lugares. Por isso os Engenheiros Florestais do Paraná desejam que o problema seja tratado e defendido por um órgão com administração exclusivamente voltada à manutenção, proteção e exploração racional dos nossos recursos florestais. Este órgão teria, entre outras incumbências, que dar apoio à execução da política florestal, que seria justamente orientar e fiscalizar a exploração das florestas naturais e conservar as florestas protetoras e as reservas florestais estaduais; em segundo, deve prestar assistência técnica e facilitar o reflorestamento, tanto natural como artificial de nosso Estado; promover a execução do Projeto de recuperação de nossas matas ciliares — matas que se formam na beira e ao longo dos rios; realizar um completo inventário florestal, quantitativo e qualitativo do revestimento florestal estadual e, finalmente, promover mediante delegação de poderes do IBDF a fiscalização das explorações florestais em geral (licença para desmate, fiscalização de serrarias, corte de lenha e outras atividades).

A criação do Instituto Florestal é muito importante, considerando que a cobertura vegetal paranaense já ultrapassou há muito tempo o "sinal vermelho".

Segundo o geólogo João José Bigarella, o próprio homem propõe melhorar o seu meio ambiente e diminuir a poluição. Entretanto, essas manifestações se chocam com interesses econômicos. A livre empresa depende da obtenção de lucros. Todas as medidas necessárias à redução dos níveis de poluição e de degradação ambiental são onerosas, significam aumento de preços e de impostos, aos quais, indivíduos e organizações se opõem, assinala o geólogo.

Concluindo, queremos dizer que comungamos da opinião do ilustre Professor Gerhard Speidel, quando diz:

"A curto prazo a proteção do meio ambiente causa uma redução no desenvolvimento econômico. A longo prazo, porém, se não houver uma preocupação ecológica para recuperar os prejuízos causados ao meio ambiente, em termos de devastação de matas, dos diversos tipos de poluição, serão necessários investimentos muito mais altos que os prejuízos iniciais."

E completa:

"É requisito fundamental para a melhoria do espaço vital, para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social, o reconhecimento do princípio geral de sustentação ou seja, devemos lembrar, sempre, em todas as intervenções em nosso meio ambiente, da manutenção do equilíbrio da natureza. Na exploração dos recursos naturais devemos considerar sua conservação e renovação, coordenando princípios econômicos com ecológicos. Se não considerarmos tais exigências, breve atingiremos os limites de crescimento, a partir do qual tudo ficará terrivelmente difícil."

Documento requerendo seja 1980 declarado o "ANO NACIONAL DA ECOLOGIA", entre outras reivindicações."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente a situação do nosso Estado neste campo de florestas é lamentável. E nós espe-

ramos, assim como Romário Martins há 50 anos atrás, e outros Deputados que por aqui passaram que alertaram do problema, mas que lamentavelmente não foram ouvidos, esperamos que o alerta que esta Assembléia vem trazer agora com a Comissão Especial de Ecologia ou com a própria CPI de Poluição e Desmatamento, criada e que está em pleno funcionamento, possamos e temos certeza que iremos apresentar algumas sugestões. Entretanto, pedimos a Deus que os Governos constituídos aceitem definitivamente os apelos desta Casa para que nós não deixemos aos nossos futuros descendentes um deserto, talvez maior do que o próprio Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário. Havendo declinado, dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero primeiramente me reportar ao pronunciamento feito pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, quando no Pequeno Expediente fez referências a dois fatos, envolvendo a administração do Prefeito Saul Raiz, a administração do Prefeito Jaime Lerner.

Quanto ao episódio trazido a este Plenário pelo Sr. Deputado da Oposição, acerca da pavimentação feita no conjunto Tarumã, quero aqui, fazer justiça ao Prefeito Saul Raiz que em momento algum, e presenciei várias reuniões, disse que seria aquilo pavimentação realizada gratuitamente. Inclusive, foram feitas inúmeras reuniões com moradores do conjunto Tarumã.

Trago este esclarecimento pelo respeito que me merece o Deputado Nestor Baptista, como o faço também em relação ao episódio levantado por S. Ex.^a e que diz respeito ao conjunto Parigot de Souza e às providências que já foram tomadas pelo Prefeito Jaime Lerner.

Inclusive ontem, fazendo sugestões junto ao Presidente do BNH para solicitar um reestudo do valor das prestações cobradas, e inclusive, é bom que se diga; o Prefeito já publicamente condenou a elevação do preço real em relação ao preço estimado fornecido à época das inscrições, pela Companhia de Habitação de Curitiba.

Esses dois esclarecimentos, presto à esta Casa, para que se faça justiça a Saul Raiz que já não é mais Prefeito e que nunca enganou a ninguém e ao Prefeito Jaime Lerner, que, como Prefeito atual, tem se empenhado realmente, para dar a Curitiba, a continuidade administrativa que Curitiba merece.

Tem o aparte o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Sr. Deputado Airton Cordeiro, não ponho aqui em jogo de maneira alguma, as suas palavras, como também, não deixo de retificar as palavras há pouco pronunciadas na tribuna, já que a exemplo de V. Ex.^a participei também de inúmeras reuniões, no bairro do Tarumã, no conjunto Tarumã, pois ali resido.

E gostaria que o Sr. Deputado, a quem respeito bastante e volto a repetir, dentro do possível, algum dia fizesse consulta a alguns moradores daquele núcleo, e teria a resposta e a retificação de minhas palavras.

Muito obrigado, caríssimo Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte do eminente Deputado Nestor Baptista, e, quanto à sua proposição última, devo informar ao Sr. Deputado, que prefiro ficar com o depoimento que eu próprio colhi, nas reuniões das quais participei em 1976.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Estamos ouvindo com atenção o seu pronunciamento, e agradecemos a V. Ex.^a por esta deferência, e agradecemos também a V. Ex.^a pela sua orientação, pelo seu modo de ser, ao defender um dos grandes prefeitos que Curitiba teve, que foi Saul Raiz, o homem que dedicou a esta

Capital, a Capital Cívica do Brasil, que é Curitiba, tudo a um trabalho de equipe, um trabalho voltado exclusivamente em benefício da terra das araucárias.

V. Ex.^a está de parabéns, quando defende um homem que hoje em suas atividades privadas, lutou ontem por Curitiba, lutou ontem para dignificar um mandato de um homem honrado, um homem ilustre, do gabarito de Saul Raiz. V. Ex.^a em o nosso apoio, tem a nossa admiração. E sabemos que outra não é a vontade de V. Ex.^a, a não ser fazer justiça por um homem que hoje, não milita na nossa política, porque está atendendo a uma empresa de gabarito, da envergadura da Empresa Klabin.

Sabemos perfeitamente que V. Ex.^a está defendendo um homem que precisa ser defendido, um homem que desta tribuna, V. Ex.^a há de escutar o coro de toda a população curitibana e quicá do Paraná.

Meus parabéns a V. Ex.^a quando defende um homem que ausente do Poder, mas que deixou o rastro da tranquilidade e do progresso, e principalmente, da honestidade.

Meus parabéns e meus agradecimentos, e minha satisfação de participar da bancada de um companheiro do gabarito de V. Ex.^a, quando defende Saul Raiz; porque Saul Raiz deu tudo por Curitiba, fez tudo por nossa Capital querida, deste Paraná.

Que homens de boa vontade do Paraná venham defender e dizer a verdade, que V. Ex.^a estava fazendo neste momento, para que possamos nos orgulhar de deixar aos nossos filhos pelo menos, a vontade de trabalhar por sua terra e por sua gente e ter alguém que lembre dos atos dignos e dos homens dignos, como foi Saul Raiz.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Repousa na juventude deste País, a responsabilidade que não pode ser defendida como uma responsabilidade lírica, poética, a grande responsabilidade de cuidar do futuro do Paraná e do Brasil. Todos nós sabemos que, dentro deste conceito, é fundamental que se dê a maior atenção possível ao sistema educacional.

Sabemos todos que, a partir do estrangulamento do sistema educacional, são cerceadas as melhores oportunidades para a juventude que cresce, que se desenvolve, que tem sede de educação e que busca, com toda a justiça, o seu amanhã, em bases sólidas e culturalmente, pelo menos, razoáveis.

Quando este Deputado foi consultado pela liderança partidária, acerca das composições das Comissões Técnicas desta Casa, fiz eu questão de proclamar a minha vontade, de integrar a Comissão de Instrução Pública, por saber a importância que a educação tem para o desenvolvimento social, histórico e cultural do Paraná.

É como membro da Instrução Pública, Comissão Técnica desta Casa, que venho a tribuna neste instante, para trazer a minha preocupação e, seguramente, a preocupação de uma ponderável fatia da população do Paraná, de professores, de estudantes, de gente do povo que quer ver o nosso sistema educacional cada vez mais aprimorado. E tenho ouvido, aqui mesmo neste plenário, alguns posicionamentos feitos em relação à Universidade Estadual de Londrina, que me preocupam.

Não que pretenda excluir o direito de alguém, porque também não tenho este direito, de fazer críticas e abordagens sobre a Universidade Estadual de Londrina. Mas tenho observado que já há como que uma extrapolação do problema, que deu origem a uma crise para o atingimento da própria instituição na sua essência, que é a Universidade. E a Universidade, a meu ver, deve ser preservada em toda a sua integridade, pelos benefícios que traz à comunidade do Paraná.

Quero lembrar aqui palavras muito bem postas em certa ocasião, por um parlamentar que na Câmara Federal, em Brasília, disse certa feita aos jornalistas: "Aos Deputados, todas as

críticas, podem e devem ser feitas, mas a instituição deveria ser preservada". Então, venho à tribuna nesta hora, para realmente, em nome da preservação da Universidade Estadual de Londrina, me pronunciar acerca do episódio que está sendo vivido, por aquela instituição educacional, com o objetivo até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de propor à Presidência e aos membros da Comissão de Instrução Pública, para que num novo esforço do Poder Legislativo Estadual, tenhamos condições de acompanhar, mais de perto, os problemas ocorridos em Londrina.

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu pediria ao Sr. Deputado, que me desse oportunidade de desenvolver um pouco mais o meu raciocínio e terei grande prazer em ouvir o aparte de S. Ex.^a.

E me refiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos acontecimentos que perturbam, neste momento, a Universidade Estadual de Londrina, com a ocorrência de uma greve já classificada pelo Governo Federal, como ilegal, de acordo com a legislação em vigor. E a meu ver, sobretudo danosa, porque acontece em um setor de importância fundamental para a comunidade norte-paranaense, que é o Hospital Regional Universitário.

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte:

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei a V. Ex.^a um pouco mais tarde, pelas mesmas razões expostas anteriormente.

"É evidente que devem existir problemas a serem resolvidos naquela instituição, sendo uma universidade das mais jovens, com 10 anos de vida, aproximadamente e tendo sido organizada ao sabor da euforia e da falta de planejamento, não é novidade para ninguém que a conhece, que muito há para fazer, além do que já foi feito, para torná-la nos últimos anos, em uma instituição universitária exemplar em várias áreas do conhecimento.

Dizer, como já foi dito nesta casa, que a Universidade de Londrina transformou-se em centro de empreguismo, é desprezar, por exemplo, o que aquela escola vem fazendo na área de Ciências de Alimentos e em várias frentes de pesquisa científica, formando técnicos e professores que deverão, em pouco tempo, formar a massa crítica que o Paraná e principalmente aquela região, irão necessitar para o seu desenvolvimento agro-industrial.

Acusar a Universidade de Londrina, de instituição burocrática, é desconhecer que todos os seus cursos criados, na maioria, sem estrutura física e humana, foram organizados e reconhecidos nos últimos cinco anos, pelo Conselho Federal de Educação, e se sabe do rigor com que aquele órgão ministerial fiscaliza os cursos implantados.

Falar sobre mercantilização da instituição de ensino, é além de injusto, fechar os olhos para os trabalhos de extensão à comunidade, que têm se constituído em exemplo para as suas congêneres de todo o Brasil. É deixar de olhar para os inumeráveis benefícios que Londrina e o Norte do Paraná tem recebido, com o desenvolvimento constante daquela universidade.

Vemos hoje, Senhor Presidente e Srs. Deputados, uma instituição de ensino, sacudida pela radicalização de alguns, que, a despeito da paralização de apenas um setor — e este fato é apontado no Relatório subscrito pelos eminentes Deputados José Antônio Del Ciel, Dácio Leonel de Quadros e Rubem Valduga, por ocasião de uma visita feita a Londrina para a constatação dos fatos, naquele local.

Não queremos que se diga que pretendemos tapar o sol com a peneira: reconhecemos que problemas devem existir e, para tanto, há todo um corpo de dirigentes nos diversos conselhos superiores da instituição (e que não se resume apenas na pessoa do Reitor), a cuidar da supressão dos problemas com a constante progressão daquela universidade. Mas, devemos atentar, sem paixões de ordem política, que de nada adianta denegrir

uma instituição que vem servindo e muito servirá ao Paraná, tomando a parte pelo todo, uma crise parcial como crise geral e irreversível.

O Sr. Waldyr Pugliesi — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Compreendemos os Srs. Deputados da Oposição, quando, na efervescência dos fatos, ampliam a tempestade e transformam-na em dilúvio...

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... dilúvio incontrolável. O que não podemos aceitar é que apenas porque vozes mais exaltadas se levantam, fazendo coro com grupos que se utilizam apenas politicamente da universidade, sem qualquer intenção de auxiliar para o seu desenvolvimento — de repente a instituição de ensino se vê convertida em um grande centro de confusão e de inutilidades, sem que se atente, corretamente, para a exata dimensão da crise.

Seria mais justo, queremos crer, que se perguntasse por que aquele setor de saúde vem, sistematicamente, sendo centro de perturbação, apesar dos investimentos que têm sido feitos, para a ampliação do Hospital Universitário e seu reequipamento.

Seria mais consentâneo com a realidade perguntarmos por que são sempre as mesmas vozes que coincidentemente se fazem ouvir por trás dos que, eventualmente...

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a permite um aparte?

(Soam os Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao Sr. Deputado, que, na forma regimental, lhe resta um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço a V. Ex.^a.

O Sr. José Tavares — Permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei aparte ao Sr.

Deputado José Tavares, ao Sr. Deputado José Del Ciel.

O Sr. José Tavares — Depois que V. Ex.^a falar?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pediria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria apenas de consultar a Presidência da Casa, já que a Liderança da Oposição não se ocupou de seu espaço no Grande Expediente, se a Liderança da ARENA poderá fazê-lo, para que eu tenha o tempo suficiente para conceder os apartes aos Srs. Deputados da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do MDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Existem dois Deputados inscritos para falar pelo MDB.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao Sr. Deputado que é improrrogável o tempo do Deputado da tribuna e lhe concede um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, e caracterizo com esta minha atitude, a minha disposição de discutir sobre este assunto com a Oposição nesta Casa.

— Continuando, Sr. Presidente, eventualmente dispensados de suas funções, se consideram injustificados.

Há poucos dias, um ex-político de Londrina, aliás o mesmo que propagou pela imprensa uma idéia anti-paranista de dividir o Paraná em dois Estados: o Norte e o Sul; este ex-político, como porta-voz de médicos dispensados fez acusações ao Governador do Estado pelos problemas da universidade. Seria atitude de vingança do Governador Ney Braga contra o povo de Londrina, em função dos resultados das últimas eleições? Vingança, aliás, que está sendo muito bem traduzida pelos recentes investimentos liberados pelo executivo paranaense. E ainda há pouco ocupou a tribuna o Deputado Ruben Valduga para informar a Casa que ontem, foram repassados à Prefeitura de Londrina mais de Cr\$ 24.000.000,00. Vingança que se traduz em mais casas populares, em garantia de fornecimento

de novas fontes de água, em atenção desdobrada do Governador e do Secretário da Educação pelos problemas da Universidade.

O que quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir este pronunciamento, é que o Secretário da Educação do Governo do Estado, Edson Machado de Souza, está aberto, inteiramente aberto ao diálogo com os grevistas de Londrina, buscando tão exclusivamente haja compreensão de todas as partes para que o conflito seja superado de acordo com as necessidades de uma instituição tão nobre como é a nossa universidade.

E é este papel, Sr. Presidente, que me proponho a realizar como Membro da Comissão de Instrução Pública que tem, na sua Presidência, um Deputado do MDB a quem conclamo para fazer esforços ao nosso lado, para que a Assembléia preste um serviço a Londrina, ao Paraná e, principalmente, à juventude que tem sede de educação e que não pode perecer por falta de melhor preparo, hoje, no seu futuro imediato.

Era só, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nossa intenção vir à tribuna, neste horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. Ele seria utilizado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros.

Mas, as coisas foram mal postas.

O que se relaciona à crise que vive a Universidade Estadual de Londrina, a universidade de nossa terra, e isto motiva nossa presença, neste instante, nesta tribuna.

Este Poder, por unanimidade, constituiu uma Comissão Especial de Deputados que, em Londrina, atuando junto a docentes e Reitoria, buscava o restabelecimento da justiça, da ordem e do direito.

Pudemos constatar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se inviabilizava o desejo de atendimento de uma reivindicação a nosso ver justa, que se instalasse uma comissão de sindicância composta por membros da universidade, da comunidade de Londrina, para que se pudesse caracterizar qualquer irresponsabilidade dos docentes demitidos.

A Comissão, a bem da verdade, em nenhum instante, mesmo solicitada por este Deputado e por membros da Comissão Especial, a Reitoria apresentou um fato sequer que justificasse a demissão dos cinco docentes punidos em nossa terra.

Cinco docentes dos mais capazes que, certamente, serão disputados por todas as faculdades de medicina do Brasil, se não reintegrados ao Quadro do Magistério da Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. DEL CIEL — Sr. Deputado, concederei logo em seguida, com muito prazer.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Comissão Especial após vários dias de encontros e debates com as partes interessadas, com as partes envolvidas, não conseguiu encontrar um denominador comum que resolvesse o problema vigente na cidade de Londrina.

Mas, que se restabeleça a justiça também nesta Casa, neste Poder, Deputado da Oposição, por nenhuma vez veio a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para denegrir o nome da Fundação Universidade de Londrina. Os Deputados da Oposição têm se feito presentes nesta tribuna, para combater os homens que mal estão a dirigir os destinos da Fundação Universidade Estadual de nossa terra. É realmente uma universidade que nasceu predestinada a ser grande e respeitada, como o era, até há pouco tempo, em toda a Pátria brasileira, eminente companheiro deste Poder, Deputado Airton Cordeiro, que, merece o nosso respeito e a nossa simpatia,

companheiro de Instrução Pública. Mas, em Londrina, de há muito tempo, de alguns anos para cá, estão realmente a atuar contra os interesses da educação, da cultura e da própria Universidade Estadual de Londrina, estão a gerir a nossa faculdade, como se fosse um bem particular do Magnífico Reitor, do Magnífico Reitor de então, e do passado, estão ameaçando até mesmo de destruição, o curso de medicina na nossa cidade.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordamos com o encerramento das atividades da Comissão Especial deste Poder, e não fizemos, por uma ocasião sequer, um pronunciamento nesta Casa durante o funcionamento desta Comissão Especial, fazendo prevalecer ou trazendo a esta tribuna, a nossa posição pessoal e o nosso entendimento pessoal da crise que vive em Londrina, em função do respeito que temos pela aprovação que deu, também a Bancada situacionista da Comissão Especial criada.

Então, durante toda a sua vigência, atuamos sempre como intermediadores, ao lado dos Deputados Ruben Valduga e Dácio Leonel, chegamos à conclusão de que, realmente, se deveria concluir o trabalho daquela Comissão Especial e até digo mesmo, que a Comissão de Instrução Pública desta Casa poderá oferecer grandes contribuições na crise da Universidade Estadual de Londrina, desde que assim o entenda a Liderança do Partido situacionista nesta Casa. Porque a Bancada do MDB, propôs a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a Universidade Estadual de Londrina, para levantar toda a sua vida, para mostrar a este Poder, ao Poder Executivo, ao Paraná e à Pátria brasileira, os desmandos que estão a desgovernar os destinos da nossa Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação que, pela vontade do Magnífico Reitor, impõe um Coronel-Médico, ou Médico-Coronel, a decidir os destinos do Hospital Universitário do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina; um Coronel-Médico ou Médico-Coronel que, em altos brados pelos corredores desse Hospital, anunciava, sempre, que ali estava a agir, em nome do SNI, do Exército Nacional ou da Polícia Federal, tentando impor um clima de terror, para impor a sua vontade e os seus desejos.

Não só os cinco docentes ora demitidos, estão a aguardar, num apelo, numa reivindicação e até mesmo numa exigência não mais só de docentes ou de estudantes da Universidade de Londrina, mas de toda a comunidade londrinense e Norte paranaense, que clamam pela constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de continuar a exposição que fazemos, cedemos, com muito prazer, o aparte ao eminente Deputado José Tavares, que o solicitou.

O Sr. José Tavares — Sr. Deputado Del Ciel, ouvi com muita atenção o pronunciamento do Sr. Deputado Airton Cordeiro, como também ouvi com muita atenção este seu brilhante pronunciamento.

Sinto-me na obrigação e no dever de falar a esta Casa, neste momento, preocupado que estou, sensibilizado que estou com os destinos da Universidade de Londrina. Esta que não é só de Londrina, como disse ontem, num ato público, naquela cidade, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, é uma universidade do Brasil, porque lá jovens estudantes de todos os recantos do País estudam, e por isto, Sr. Deputado Del Ciel, Sr. Deputado Airton Cordeiro, talvez Vossa Excelência por viver aqui em Curitiba a incumbido talvez, pelos homens do Governo de se pronunciar em defesa da sua imagem...

O Sr. Airton Cordeiro — Pela ordem, Senhor Presidente.

O Sr. José Tavares — ... imagem, desconhece a real situação por que passa a universidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Senhor Presidente, quero protestar contra a colocação que faz o Deputado José Tavares. Não esta-

mos recebendo nenhuma incumbência, porque estamos aqui para o exercício de um mandato que nos foi conferido e que emana do povo, Senhor Presidente.

Estamos aqui para responder aos impulsos da nossa consciência. Não queremos, isto sim, nos aproveitar de um acontecimento como esse para atirar qualquer tipo de...

O Sr. José Tavares — Senhor Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que tem procedência a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço, Senhor Presidente, e peço ao Deputado José Tavares que, por uma questão de cortesia e de ética parlamentar, repare a posição injusta que colocou neste seu pronunciamento.

O SR. DEL CIEL — Antes que o Sr. Deputado continue com o aparte, pediria ao Sr. Presidente que descontasse o tempo utilizado para o atendimento da questão de ordem argüida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Deputado que já descontou o tempo devido.

O Sr. José Tavares — Prosseguindo, Senhor Presidente, Srs. Deputados, e meu caro companheiro José Antônio Del Ciel. Eu dizia que o Sr. Deputado Airton Cordeiro, talvez por não conhecer de perto as realidades dos fatos que vem ocorrendo no Hospital Universitário e na Universidade de Londrina, primeiramente, no fim da Legislatura passada, com a invasão aos diretórios estudantis daquela universidade, numa medida arbitrária, prepotente, comandada pelo Sr. Reitor José Carlos Pinotti, cassando e fechando os diretórios estudantis de Londrina e mais precisamente, nesta medida, injusta e também arbitrária, que vem praticando contra os docentes, os residentes e os internos do Hospital Universitário de Londrina. Mas, Sr. Deputado José Antônio Del Ciel, e Senhores Deputados desta Casa, o mais grave de tudo isto é o fato de que esses cinco docentes que foram demitidos injusta e sem nenhuma situação de defesa, por esse Reitor, são homens do mais alto conceito moral, do mais alto conceito profissional, de capacidade médico-científica invejadas por muitas universidades brasileiras, a exemplo da UNICAMP, de Campinas, que inclusive tem demonstrado interesse nas suas contratações.

E em Londrina, a Reitoria assim não vê. A Reitoria da Universidade o que faz? Simplesmente os demitem sem nenhuma justificativa. Alegações, presunções de que atrás desses docentes, existe algum ex-político, não cabe, de forma alguma, nesta Casa e aí é aonde entendo que o Sr. Deputado Airton Cordeiro está por fora da situação grave que aflige hoje a comunidade universitária de Londrina.

Muito obrigado.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte do Sr. Deputado José Tavares, e é importante lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os docentes que paralizaram suas atividades hoje já apoiados pelos docentes da Universidade Estadual de Londrina, não impunham à Reitoria, simplesmente, a readmissão dos cinco docentes. Pediam à Reitoria, que revogasse "ad tempus" as portarias que demitiram aqueles professores, aqueles docentes e que num processo, numa sindicância se comprovasse qualquer responsabilidade dos mesmos, que a classe apoiaria integralmente a decisão da alta administração da Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. Airton Cordeiro — Solicito um aparte a Vossa Excelência. (Assentimento do orador).

Meu caro Deputado Antônio Del Ciel, quero me socorrer desta oportunidade que Vossa Excelência me concede, para responder à acusação que faz o Deputado José Tavares, ao duvidar das informações que este Deputado tem sobre os problemas que envolvem a Universidade Estadual de Londrina e, de início, quero dizer ao Deputado que está na tribuna e, por extensão ao Deputado José Tavares, que Deputados Estaduais somos e, como Deputados Estaduais temos, todos,

obrigação de acompanhar o que acontece por todo este Paraná.

Se não se isenta de culpabilidade aquele que alega ignorar a lei, não se pode, também, isentar de culpabilidade e até de acusação de omissão, o Deputado Estadual que se pronuncia, nesta Casa, e que não domina a matéria que traz a este Plenário.

Eu lamento que a visão do Deputado José Tavares seja colocada de forma tão condicionada.

O SR. DEL CIEL — Eminentíssimo Deputado, me permite, gostaria de retomar a palavra, Sr. Deputado Airton Cordeiro, para, apesar de honrado pela interferência de Vossa Excelência, lembrar que está prevalecendo um debate paralelo, prejudicando o objetivo da nossa presença na tribuna, neste instante, quando Vossa Excelência, em aparte, se dirige e responde, em termos de ordem pessoal, ao Deputado José Tavares.

(TÍMPANOS)

O SR. DEL CIEL — Apelaria ao Sr. Deputado, lhe permitindo que encerrasse o seu aparte que honra a nossa presença nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço, Deputado Del Ciel, pelo aparte e lembro que lamento, profundamente, que o Deputado José Tavares tem uma visão muito estreita para o exercício de um mandato de caráter estadual.

O SR. DEL CIEL — O Deputado Waldyr Pugliesi com trinta segundos do tempo que nos resta.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Sr. Deputado Del Ciel, gostaria de fazer uma proposta - o assunto é muito atual e eu me tomaria de liberdades, pedindo a Vossa Excelência que se inscrevesse, para continuação, em explicações pessoais, desse assunto. Aí possibilitaria à Casa ouvi-lo de maneira concludente a respeito deste assunto e possibilitando, também, uma discussão mais profunda a respeito de todos esses eventos que temos tido lá, na Universidade de Londrina.

O SR. DEL CIEL — Nós agradecemos o aparte do Sr. Deputado. Solicitamos à Presidência, desta Casa, que proceda a nossa inscrição para explicações pessoais, quando daremos continuidade ao tema ora focalizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Geraldo Batista Chaves, do Município de Céu Azul.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "Recanto do Menor - CEMIC", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 23/79, que dispõe sobre a permuta do lote n.º 6, da Quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da Cidade de Guaraniáçu, pelo lote n.º 5, da

mesma quadra sendo primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniáçu. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 04/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6628, de 17/10/74. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede anistia fiscal, até 31 de dezembro de 1976, aos contribuintes do Estado, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., e FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 20/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1977, poderão requerer ao Secretário das Finanças, a anistia condicional das multas e respectivos acréscimos, desde que no requerimento, produzam prova de prévio pagamento da parcela alusiva ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês não capitalizáveis, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional, prevista neste artigo é de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

§ 2.º — A anistia abrange quaisquer parcelas de multas e acréscimos, componentes de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizado para cobrança executiva, ou objeto de parcelamento.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judicialmente, deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta lei, não alcança as quantias já exigidas antes de outubro de 1.969, e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa, ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias devido antes de 1.º de janeiro de 1977, é dispensado o acréscimo de

10% (dez por cento), previsto na Lei n.º 5.463, de 31 de dezembro de 1.966.

§ único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo, a que alude este artigo, se a denúncia espontânea acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta lei, não autoriza a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta lei será regulamentada através de instrução da Secretaria das Finanças.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1.978.

(aa) JURANDIR MESSIAS e

AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

É de notório conhecimento público a situação de crescentes dificuldades que a Indústria e Comércio enfrentam nos últimos anos. Fatores internos e externos contribuem para a desestabilização de preços, os juros bancários extorsivos, os assustadores índices da inflação galopante, o asssobramento das despesas de custeio das empresas, os pesados encargos sociais e as outras responsabilidades correlatas estão debilitando, quando não aniquilando de vez, os empreendimentos de ordem econômica, com negativos reflexos, de proporções nem sempre previsíveis no campo da produção.

A descapitalização se processa com rapidez, e já se contam em algumas as empresas que de um semestre a esta parte, já entraram em regime de concordata preventiva, enquanto outras mais infelizes, foram reduzidas à falência.

O estado de insolvabilidade implica na queda de produção, na diminuição da demanda de matéria-prima, no desemprego em massa, no empobrecimento do particular e na exaustão do Erário Público, na anormalidade das condições do mercado. A crise econômica e financeira corroi os alicerces da Sociedade Civil, e atenta, direta ou indiretamente, contra a ordem e a segurança pública.

Cumprido ao Estado como pessoa de Direito Público, ir ao encontro das empresas a fim de ampará-las convenientemente não lhes permitindo que submerjam no mar das dificuldades. Não pode ser voraz no momento em que os organismos empresariais se exaurem.

Por esse motivo tomamos a iniciativa deste projeto de lei, que visa a concessão de anistia às multas e seus acréscimos aos contribuintes devedores de tributos. Se não os isentamos da carga de imposto, cuidamos de pelo menos, aliviar-lhes o onus, mediante a supressão das multas incidentes. Só isso já constitui indubitavelmente ajuda de considerável valor e deverá minorar os graves onus que os sobrecarregam.

Constitucional e justa com profundo significado social e econômico, temos certeza de que esta nossa iniciativa irá obter a compreensão e o apoio de quantos militam nesta Casa igualmente preocupados com a redenção da economia paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 20/78

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente Projeto de Lei n.º 20/78, tem por finalidade conceder anistia fiscal até 31 de dezembro de 1.976, aos contribuintes do Estado, e dá outras providências.

Analisando-se o projeto, temos que embora as intenções sejam a das mais elevadas, conforme demonstra a justificativa apresentada pelo autor, barreiras constitucionais impedem que a sua iniciativa seja através desta Casa. (letra a § 1.º, do Art. 25 da Constituição Estadual).

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei n.º 20/78, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição, nos reservando a apoiar a proposição, caso o seu autor a queira transformá-la em requerimento de sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;
GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 20/78

PARECER

Pretende o eminente Deputado Jurandir Messias com o Projeto de Lei n.º 20/78, conceder anistia fiscal aos contribuintes do Estado, até 31 de dezembro de 1976, oferecendo ainda outras providências.

A crise com que se defronta o comércio e a indústria, em nosso estado é conhecida por todos os senhores deputados, e incontestavelmente, o Estado deve, a nosso ver, absorver parcialmente esse ônus, visto que a tributação imposta pelo poder público é entre outros fatores, a agravante da situação econômica-financeira das indústrias e comércio no Estado do Paraná.

Face ao exposto, julgando ser de justiça que o estado participe do sacrifício de fontes que tanto recursos geraram para os cofres públicos, aplaudindo a iniciativa do Deputado autor, ofereço parecer favorável, aconselhando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

Em discussão. —

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em discussão um projeto de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, concedendo anistia fiscal até o dia 31 de dezembro de 1976, aos contribuintes do Estado e dando outras providências, com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, e com parecer favorável da Comissão de Finanças.

A respeito de tal tipo de projetos quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados me posicionar, mesmo porque a nível nacional e em especial com referência aos municípios devedores do Instituto Nacional de Previdência Social, muito já se tem falado com relação a benefícios fiscais, benefícios desse tipo.

Sr. Presidente, por convicção até ideológica este Deputado se pronuncia contrário a tal tipo de projeto de lei. Sr. Presidente, os que teriam anistia se aprovado fosse esse projeto, não podem provar a esta Casa que não recolheram os impostos do contribuinte, que não recolheram o ICM do consumidor, que não cobraram no ato da venda de qualquer produto, que não cobraram já incluído no preço o ICM, o trabalhador paranaense, o homem do interior paranaense recolheu o seu ICM e o comerciante ou o industrial deixou de recolher os cofres do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, e com a devida consideração para o autor do projeto, acho que tal tipo de projeto não deve prosperar nesta Casa, porque é uma maneira indigna de premiar o sonegador, e de punir aquele que recolhe impostos em dia.

Quando Prefeito, Sr. Presidente, procurei manter e hoje me arrependo, manter a Prefeitura de Francisco Beltrão com os pagamentos do INPS em dia. Hoje me arrependo, Sr. Presidente, porque se sonegado o INPS, descontado do trabalhador e não entregue ao INPS a vultosa quantia que passou durante os meus quatro anos pela Prefeitura eu talvez tivesse

comprado mais cinco patolas, tivesse comprado mais seis tratores, tivesse pago melhor a própria professora municipal.

Para cumprir a lei fui punido, porque hoje aquela Prefeitura, na data de hoje, está pedindo um empréstimo de dois milhões de cruzeiros, para pagar INPS, porque necessita de uma certidão negativa do INPS.

Por isso, me posiciono contrário, não só a projetos de lei deste tipo, mas como também às tiradas altamente demagógica, do Executivo, que ainda no final do ano, às vésperas das eleições isentou de multas àqueles que deviam para o Estado. É uma maneira, Srs. Deputados, de se punir o contribuinte honesto, o contribuinte que leva em dia as suas obrigações para com o Governo.

E é uma maneira altamente punitiva, para o trabalhador, para o consumidor que na verdade, incluindo no seu preço, também recolheu os impostos ao Estado. Concedo o aparte ao Deputado Lineu Turra.

O SR. Lineu Turra — Deputado Deni Schwartz, realmente o projeto do Deputado Jurandir Messias, é absolutamente inconstitucional. Isso porque a Constituição prevê que nós não poderíamos ter a iniciativa que o Poder Legislativo, de legislar em matéria desta natureza.

De outra parte, é como bem disse Vossa Excelência ai vão se beneficiar aqueles que não pagaram os seus impostos em dia.

Nós já tivemos oportunidade de numa reunião em que compareceu aqui nesta Casa, o Secretário das Finanças, de externar o nosso ponto de vista quanto ao problema tributário.

Entendo que deverá haver uma modificação na sistemática da cobrança do imposto, de todos os impostos deste País. Os impostos na minha opinião, devem ser todos eles pagos imediatamente, ou conjuntamente com a operação. Para que não aconteça isso, daqueles que pagam os seus impostos, àquelas empresas com situação econômica consolidada, se não retardarem no pagamento pagam efetivamente com multa, juros, correção monetária, porque têm o seu patrimônio para garantir a dívida.

Mas nós sabemos que muitas empresas que são fantasmas estão aí, a se beneficiar de impostos, a não recolher seus tributos, e a prejudicar a arrecadação do Estado e do País. Firms que ficam devendo impostos, nós temos conhecimento disso, federais, estaduais, que desaparecem os seus proprietários.

E enquanto isso, as outras firms estão pagando impostos com juro e correção monetária, nos atrasos, ou firms idôneas pagando pontualmente.

É preciso que o imposto seja pago à vista e que o imposto nestas condições pago, imediatamente com a operação, pode ser inclusive, minorado o seu percentual, para justamente vir trazer menor custo até, de produção.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço ao Sr. Deputado, o aparte.

Concedo agora o aparte ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. Darcy Deitos — Sr. Deputado Deni Schwartz, estávamos acompanhando com atenção a sua explicação a respeito deste projeto de lei que é totalmente inconstitucional. Nós, Sr. Deputado, habilitamos sempre no campo contábil, neste Estado do Paraná, por mais de vinte anos; e uma lei destas, como este projeto de lei, vem premiar os maus contribuintes e os maus pagadores. O pequeno sempre paga em dia. O projeto de lei desta natureza, só vem beneficiar os grandes comerciantes, os grandes industriais deste Estado que estão com seus impostos atrasados.

A Secretaria das Finanças do Estado do Paraná sempre em épocas de eleição, utiliza-se deste expediente, isentando multas, juros e correção monetária.

Veja-se o que ocorreu no ano passado, que era o ano de eleições. No mês de agosto, a Secretaria das Finanças expediu uma instrução isentando da multa e dando um desconto no pagamento, inclusive da correção monetária para pagamento, no mês de setembro, de sessenta por cento; no mês de outubro, de cinquenta por cento e no mês de novembro, de quarenta por cento.

Mas vejam o espírito desta instrução, que foi até o dia 05 de novembro. Cinco de novembro de 1978, foi exatamente a data que se poderia pagar com isenção da multa e com o desconto da correção monetária em torno de quarenta por cento. O Estado, o Governo constituído, utiliza de um expediente para fazer política. Utiliza de um expediente para beneficiar uma minoria que são os grandes capitais do Estado.

Somos, como Vossa Excelência, contrários a este projeto de lei que é totalmente institucional e não deve merecer a aprovação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Diria, Srs. Deputados, até por coerência, que inconstitucional ele não é. Porque a Constituição nós não temos, temos uma "colcha de retalhos". O que é imoral, o que é muito mais grave. Porque beneficia aquele que sonheou, porque beneficia aquele que arrecadou mas não recolheu, beneficia, como beneficia - como beneficiado está -, e isto é muito importante, e deve ser uma luta do Legislativo brasileiro, não de meu Partido mas dos dois Partidos, precisamos acabar com as leis de favores. Como é o caso do prazo que se concede à Souza Cruz para recolher o IPI, seis meses são dados para o recolhimento do IPI, e os Senhores devem imaginar qual a quantia do mesmo que recolhe a Souza Cruz. E esta Companhia em "open-market", tira, durante seis meses, muito mais do que o valor do IPI.

Quer dizer que precisamos, Srs. Deputados, em todos os níveis legislativos deste País, combatermos leis deste tipo, isenções do Executivo, como algumas que tem aparecido no cenário fiscal deste Estado.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado, que com brilhantismo expõe seu posicionamento na tribuna, nesta oportunidade, deve, por justiça, lembrar e registrar neste Poder, que fomos o Relator, pela Comissão das Finanças, deste projeto de lei, oferecendo na oportunidade, parecer favorável à matéria, aconselhando ao plenário a sua aprovação.

Temos por princípio e norma, já conceituados, que realmente toda a anistia de débitos junto aos poderes públicos, passa a registrar um privilégio dos maus contribuintes do Estado, do Município ou da União. Ocorre, Sr. Deputado, Deni Schwartz, que vimos no ano de 1978 e durante os anos anteriores daquela legislatura em que aqui nos encontrávamos, como Deputado Estadual, que o Poder ou os poderosos sempre se utilizaram dos meios que as leis possam oferecer para privilegiar alguns grupos também poderosos, no Estado, do Estado ou da União, na Nação brasileira.

Então o BADEP perdoava débitos da Construtora Cavalcanti-Junqueira; anistia o débito da FARPLAN; Comércio e Indústria de Derivados de Carne e a crise econômico-financeira que pairava no Estado do Paraná, no ano de 1978, ano que refletia na sua economia os desastres da seca e de outros fatores adversos, que enfrentava a economia do Estado do Paraná.

Então se uns poucos privilegiados gozam de benesses do Poder, nós vimos aí a perspectiva e a possibilidade de se incorrendo em erros, não sabemos, propiciar também a pequenos - e isso deveríamos ter regulado na Lei, através da Comissão das Finanças, a pequenos e médios comerciantes e empresários, a oportunidade de requererem a anistia para juros e correção monetária de débitos ao Estado e à União.

Tão somente para me colocar na posição de relator, para definir o nosso posicionamento como relator, desse pro-

jeto de lei pela Comissão das Finanças, deixando talvez, prevalecer não tão somente a razão, mas também o coração, buscando oferecer oportunidades que eram dadas aos poderosos, aos pequenos e médios comerciantes e industriais do Estado do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — Talvez coubesse aqui a frase lapidar do saudoso Estanislau Ponte Preta; - "Ou que se estabeleça a corrupção ou que todos nós nos locupletemos."

Na verdade, por não concordarmos com este conceito, é que estamos na tribuna; assim como combatemos a Cavalcanti Junqueira, as isenções agora novamente reveladas, do grupo de Oscar Martinez, assim como combatemos o repasse de dinheiro para giro, para a PARPLAN, giro que nós não podemos entender, já que a PARPLAN até hoje não funcionou, assim também nós não podemos entender que venhamos anistiar débitos fiscais, porque mesmo a crise, não a justifica. Já que a crise se abateu sobre o trabalhador; e esse trabalhador que, mesmo em crise, ao comprar o seu produto, tributado; ele pagou o ICM, crise não estava o comerciante, por falta daquela venda; crise estava o trabalhador, que teve que pagar e recolher esse imposto.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Sr. Deputado, inicio este aparte, lendo aqui uma das fundamentações do próprio requerimento: "A crise econômica e financeira, corrói os alicerces da sociedade civil e atenta direta ou indiretamente, contra a ordem e a segurança pública."

Sr. Deputado, há que se colocar este quadro num contexto maior. Se a própria sociedade civil, realmente está em crise em razão da situação econômico-financeira do próprio País, dever-se-ia é atingir a causa principal que efetivamente gera esta situação. Que é a ditadura tributária que se instalou no País por força de um modelo econômico aviltante e altamente elitista. E neste aspecto esta concentração de poderes ao Executivo, gira estas consequências todas; e aí surgem estas soluções paliativas, que efetivamente não vão buscar o fato gerador das consequências econômico-financeiras que hoje existem, ruínas ao pequeno e médio comerciante, e mais ruínas ao produtor e a toda grande população brasileira.

Enfim, Sr. Deputado, parece-me efetivamente, que esta tentativa paliativa ora surgida, não deve merecer desta Casa o apoio, porque devemos sim, levantar nossas vozes para que neste País, de uma vez por todas, se faça o reajustamento tributário, que a codificação tributária seja efetivamente dentro dos ditames de uma verdadeira Constituição e de um sistema mais justo, de um ordenamento jurídico mais adequado. A nossa manifestação é exatamente neste sentido, e a ditadura tributária vem se refletindo em todos os setores o que agrava a situação de toda a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Tinha até o desejo de ir à tribuna discutir a matéria, mas com a concessão do aparte de Vossa Excelência, peço licença para me estribar: primeiro neste turno de discussão busca-se, vulnerar ou se aprovar a constitucionalidade do projeto, baseado nas onze emendas, que este livrinho aí, que denominaram Constituição tem, realmente pode ser inquinado este projeto de vício constitucional.

Entretanto, Deputado, proclamo mais uma vez, não temos Constituição no Brasil. Não vivemos um regime constitucionalista baseado num ordenamento jurídico quer perfilhe o pensamento da população brasileira, da nacionalidade brasileira, da Nação brasileira.

Nós não vivemos em legitimidade, Deputado. E quando um País não vive em legitimidade, o que se pode, quando muito é se falar em legalidade, que é outra coisa muito distante e aparen-

temente confusa.

Mas, peço licença para buscar subsídios no processo econômico brasileiro. A Constituição, em vários artigos, esta chamada Constituição draconiana, elitista, concentradora num regime em que o Executivo encampa todos os poderes de decisão e de motivação da vida nacional, aqui não precisou nem rebuscar a Constituição. Tem um artigo aqui, o 167, que, num dos tópicos diz: (a respeito de tarifas)

"O Estabelecimento de tarifas que permita a justa remuneração do capital - Vossa Excelência perceba bem - o melhoramento e a expansão dos serviços que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos".

Veja Vossa Excelência que a preocupação do constitucionalista, do legislador constitucional foi única e exclusivamente para dar suporte ao capitalismo exagerado, absurdo, centralizador, abusivo e desumano, que se instalou neste País.

E não é outro o meu pensamento, Sr. Deputado, que não o de nós repelirmos todos os projetos que venham acudir aos princípios que estão vigindo nesta Constituição.

E este projeto, embora tenha o alcance social de grandes proporções; projeto realmente de forma paliativa, é verdade, tenha um alcance profundo, ele não tem, Deputado, no seu bojo, no seu espírito, o caráter de definitivamente, expungir das nossas leis esse princípio que está hoje emperrado pela Constituição.

O problema é de ordem fundamental e básica do regime que nós vivemos.

Mas, quero argumentar com as próprias razões do requerimento, e veja Vossa Excelência, "os juros bancários extorsivos, os ajustadores índices da inflação galopante, e o assobramento das despesas de custeio das empresas, dos pesados encargos sociais, e de outras responsabilidades correlatas, estão debilitando, quando não aniquilando de vez, os empreendimentos de ordem econômica, com relativos reflexos de proporções nem sempre previsíveis no campo da produção.

Disse bem o Deputado "juros bancários extorsivos" porque aí está o pacote econômico, aí estão as medidas do Governo beneficiando os grandes empresários desta República.

E, recentemente, quando era Ministro da Fazenda o atual Ministro do Planejamento, que abordou bem Vossa Excelência, da tribuna, que foi concedida uma medida apenas para garantir às multinacionais, a exemplo da Souza Cruz, rendimentos abusivos, no "open market" através da dilatação do prazo do recolhimento do IPI. Isso é tão absurdo Sr. Deputado, que hoje, vamos discutir outro problema de ordem econômica que vem frontalmente trazer benefícios às grandes empresas, como é o caso da Caixa Econômica, objeto do requerimento que iremos discutir mais tarde.

Então, não é possível que nós, Deputados conscientes, que estamos proclamando justiça social, que estamos buscando entendimento em toda sociedade brasileira para estabelecer um regime de justiça, de paz, de harmonia e de progresso, votarmos um projeto desta natureza.

Não há constitucionalidade. Não estamos num regime de constituição vigorosa, permanente e democrática. E assiste a Vossa Excelência, além de tudo, os argumentos expendidos pelo autor do projeto que, não deixo de dizer, ele tem um sentido social, mas de caráter meramente paliativo que não vai resolver o problema de núcleo. Temos que ter consciência com as leis que votamos nesta Casa, Sr. Deputado. E, no ano passado, foi votada uma lei, mensagem do Governo do Estado, que tinha um sentido paliativo, mas um sentido sobretudo eleitoral, às vésperas das eleições, para conceder anistias a empresários que vieram depois se somar ao Governo para eleger um maior número de representantes para proteger os interesses, quem sabe do Governo, quem sabe do Estado.

E aí está esta Assembléia, não por desmerecimento

de seus componentes, mas pelo processo que levou este Poder a ter um desequilíbrio na representação das bancadas!

Há abuso de poder econômico. E ao poder econômico, eu, pessoalmente, me posicione aqui desta tribuna, não dou tréguas a poder econômico. Todo poder deve emanar do povo e em seu nome deve ser exercido, conforme manda a Constituição.

Não sou favorável ao projeto por estas razões.

O SR. DENI SCHWARTZ - Agradeço o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino discordando parcialmente da sua posição.

Do meu ponto de vista, seria de alto alcance social este projeto se tivesse uma das características primeiras de uma lei: atender a todos. Ao atender uma parte, ao não prever, aqui, a devolução do dinheiro àqueles que já pagaram e a devolução ao contribuinte, aquele que, realmente, pagou o ICM ao comerciante, ao industrial, ela não pode ser considerada, nem ter um caráter social. Porque é parcial. E sendo parcial já não atende toda a sociedade. E não prevendo a devolução àquele que comprou a varejo, àquele que realmente desembolsou seu imposto, ela não é justa.

O Sr. Renato Bernardi - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) - Sr. Deputado Deni Schwartz, o que me parece que não se quer discutir com profundidade, é o impasse econômico em que esta autocracia, usando da força, do arbítrio, da exceção, lançou o País nestes últimos quinze anos, num impasse de ordem política, de ordem social e de ordem econômica.

E veja Vossa Excelência que o parecer da Comissão é dado, exatamente, no momento em que vencia a tolerância dada pelo Banco Central ao "affair" PARPLAN, e até hoje, não se conhece, passado um ano e alguns dias, não se conhece a solução dada a esse dinheiro do povo.

Mas este projeto, fundamentalmente ele peca, ainda, ao consagrar o princípio público adepto à apropriação indébita. Alguém ficou com esse dinheiro, desse ICM já cobrado sobre o preço final do produto. Uma anistia dessa natureza, Sr. Deputado Deni Schwartz, será a consagração, por parte deste Poder, e dada a qualquer título em vésperas de eleição, por qualquer poderoso que detenha o Executivo neste Estado ou em qualquer outro Estado do País, representa a consagração e a aceitação da apropriação indébita. Em outras palavras, está se roubando, e Vossa Excelência enfocou bem, o dinheiro do trabalhador, em favor daqueles que desleixaram as suas obrigações fiscais eis que todo o comércio, que toda a livre iniciativa neste País está sendo asfixiada, de um lado, pela ação danosa das multinacionais que hoje estão entrando em todos os setores, desde a água mineral, ao sorvete, desde a agulha ao avião; de um lado, as multinacionais, e de outro lado, a máquina da burocracia estatal numa ação que não visa estatizar nada, mas apenas e simplesmente, desmoralizar o princípio da estatização.

A pequena empresa fica apertada, fica sufocada e está levando este País para este impasse. Nós teremos, nesta Casa e em todos os Parlamentos, que, tiverem a coragem de assumir a posição histórica que vivemos, e debater com profundidade, estes assuntos, porque hoje, são as empresas médias e pequenas que vêm impedir a consagração pública do princípio da apropriação indébita; ontem, eram os municípios em estado pré-falimentar, ou, em outros casos, já em falência absoluta; há pouco foi a Universidade de Londrina, mas que, na mesma situação está a Universidade de Maringá, a Universidade de Ponta Grossa e toda a rede escolar. Nós temos que reconhecer que estamos mergulhados no maior caos que uma autocracia já jogou algum País, na América Latina.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ - Concederei o aparte, após o aparte

do Deputado Waldyr Pugliesi, que havia solicitado.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Sr. Deputado Deni Schwartz, meu aparte será bastante breve.

Depois de se falar tanto em anistia inclusive aqui nesta Casa, o Sr. Deputado vem com um projeto de anistia, mas não é essa anistia que nós queremos. Nós queremos anistia ampla, geral e irrestrita, para os patriotas brasileiros e não para aqueles que através desse projeto se beneficiarão, para aqueles que estão se beneficiando através desse regime elitista e concentrador de rendas que está implantado neste País.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Antes de passar o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, respondendo ao Deputado Renato Bernardi, digo o seguinte:

Nada nos leva a crer que os benefícios desse projeto de lei sejam para a pequena ou média empresa. Talvez aqui, até com desconhecimento, tenho absoluta certeza disto do autor do projeto, os maiores beneficiários vêm a ser, exatamente as grandes empresas. Porque é norma, neste País, o pobre não deixar atrasar um dia sequer as suas obrigações. Basta irmos a um banco, para vermos lá o garoto, a moça, ou o pai de família ou a dona de casa nas filas, aguardando o momento de, no guichê, pagar as suas contas de luz, de água e de telefone, dentro sempre do prazo, pois os grandes, já sabendo que porventura anistias virão e sabendo que, mesmo as multas e as correções monetárias aplicadas aos seus débitos fiscais muitas vezes não cobrem o total da correção monetária, que é melhor pegar o dinheiro e aplicar em "open marketing" como faz a Souza Cruz, ou aplicar em bens de capital, bens de consumo ou em matéria prima para suas indústrias, jogando na inflação, geralmente são os grandes empresários, que não temendo o fisco, porque muitas vezes compram a fiscalização, têm condições de comprar a fiscalização, é bem provável que os grandes beneficiários de uma anistia desse tipo, sejam exatamente os grandes, porque os pequenos temem e pagam. Os grandes não temem e compram.

Com o aparte o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Deni Schwartz, nós olhamos com atenção a vossa explanação, e dentro do que se pode assim, nesses debates, queremos apenas dar o nosso parecer, a nossa opinião sobre o projeto do Deputado Jurandir Messias.

Conhecendo como conhecemos o Deputado Jurandir Messias, que ao pedir anistia, ele pede aos pequenos. Ao pedir anistia, ele pede aos homens do interior, que não têm o poder aquisitivo para ter as suas escritas, não têm o poder aquisitivo, Deputado Deni Schwartz, para estar em dia com o momento nacional, e este projeto do Deputado Jurandir Messias deveria ter o referendado de Vossa Excelência e de toda a sua bancada, que é a bancada que luta pelos menores, porque os grandes não precisam de favores. Quem precisa são os pequenos que estão lutando em suas vidas, no interior do Estado. Estão lutando muitas vezes para o pão cotidiano, com o suor de seu próprio rosto, para dar à sua família uma vida condigna, que muitas vezes com o encargo fiscal, - não queremos censurar ninguém - não podem pagar.

Então é isso o espírito deste projeto do Deputado Jurandir Messias, homem como nós, humilde, e dentro da humildade, afoito e interessado nas lides dos pequenos comerciantes, dos homens lá do interior que muitas vezes sem orientação, votam no partido de Vossa Excelência, repudiando a nossa atuação e votando no MDB.

Então é isso que eu queria dizer a Vossa Excelência. É uma injustiça o que Vossa Excelência está praticando, contra seu próprio povo, porque isso aqui, este projeto do Deputado Jurandir Messias, visa exclusivamente beneficiar os pequenos contribuintes, os homens das mãos calosas, que nas horas de folga vão puxar o rabicho do arado e o cabo da enxada para o sossego de sua família, e Vossa Excelência ao rebelar-se contra esse povo, está contra o seu povo, e nós ficamos ao

lado dos pequenos.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Essa linguagem, Sr. Deputado, foi antes de 1964, criticadíssima neste País, e havia oportunidade então, porque foi um período de mais democracia que se viu nesta Pátria, havia o livre debate. Era o célebre populismo, e me comprometo, desta tribuna, Senhor Deputado, por conhecer muito bem o Deputado Jurandir Messias, e saber que poderemos discordar, inclusive neste projeto, mas saber dos seus altos padrões morais, que ele não está aqui a defender os grandes.

Pretende, eu acredito, tenho certeza, defender os pequenos, mas através desse tipo de lei, ele na verdade, poderá estar mais do que nunca, defendendo os grandes, que ele, eu sei, abomina.

Estou nesta tribuna a vos prometer, Senhor Deputado, que se um projeto aqui comparecer de anistia, mas real anistia, anistia a todos os que pagaram e os que não pagaram. Que se devolva o dinheiro àqueles que religiosamente pagaram, e que esses que religiosamente pagaram devolvam ao trabalhador aquilo que tiraram do bolso do trabalhador, porque na verdade, o comerciante que é honesto cobrou o ICM do trabalhador que foi na sua loja, na sua casa de comércio e não deixou de recolher para o Governo. O trabalhador já foi explorado e, na lei, não se prevê como esse trabalhador deixará de ser explorado. Como se devolverá a esse trabalhador o imposto que ele recolheu ao comerciante, que o comerciante não entregou ao Estado, como lhe era de obrigação.

É por isso que, não sendo médium e não tendo capacidade extra-sensorial, para entrar no espírito da lei, e para descobrir quais seriam os reais beneficiários, eu votarei contra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o Projeto de Lei nº 20/78.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento ter chegado há poucos minutos a esta Sessão, porquanto tratava de interesses dos meus municípios, dos municípios que represento, nas diversas Secretarias de Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna com toda serenidade, venho à tribuna para defender, para procurar justificar a nossa intenção, e o que pretendíamos, quando da apresentação deste projeto de lei na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, para surpresa nossa, e Vossa Excelência poderá notar a demora na tramitação desse projeto de lei, para que o mesmo chegasse ao Plenário para a sua devida apreciação.

Se não me falha a memória, Sr. Presidente, nós entramos com esse projeto em 1977, ou começo de 1978; portanto, há mais de um ano que este projeto tramita nas Comissões da Assembléia Legislativa.

Agora não sei, Sr. Presidente, eu ouvi parte, é evidente, da discussão desse projeto, tão somente através do Deputado Deni Schwartz. Não tenho conhecimento da maneira como se conduziram os demais Deputados, que também discutiram este meu projeto de lei.

Mas entendo, Sr. Presidente, que também os Srs. Deputados que querem, que desejam e que devemos, afinal de contas colaborar, que devemos todos num só, independentemente de Arena ou de MDB, gestionarmos junto às Comissões, aos órgãos, aos Departamentos deste Poder, para que tenham as nossas proposições um andamento mais rápido, mais acelerado, para que não haja, como houve neste meu projeto quando da sua apresentação, que foi, e eu tive a oportunidade de presenciar o aparte do eminente Deputado Renato Bernardi,

que foi um projeto eleitoral, que foi apresentado numa época de eleição, para que através deste projeto, eu usufruísse de alguma vantagem política, talvez.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o próprio autor que vos fala, sente-se quase que na obrigação de dizer publicamente...

O Sr. Valduga — Deputado Jurandir Messias, me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Eu ouvi com atenção as exposições brilhantes, acadêmicas e nem todas destituídas de uma intenção ou profundidade.

Intenção ou profundidade, porque, se dentro de um pequeno aspecto, digo pequeno porque na verdade me parece agora pela visão que eu enfoco, se pretendeu aqui analisar toda a conjuntura nacional; não que esta Casa se escuse, pelo contrário eu me proponho a qualquer tempo em que os nobres Pares pretendam ter esse comportamento nas Comissões, nos debates, mas nos parece que a proposição do nobre companheiro Deputado Jurandir Messias foi, conhecendo-o como conheço, de procurar amparar aqueles que por uma razão ou por outra, não puderam ou deixaram de pagar.

Tecnicamente a anistia tenha ela a natureza que tenha, ela é o indulto a uma falta. Se formos prescrutar todo o processo da anistia, nós encontraremos uma identidade comum, mesmo na anistia pessoal, na anistia material, enfim, porque está tão intimamente ligado o patrimônio à vida, à natureza, que é muito difícil se dissociar. Aliás, Maquiavel dizia até que as pessoas esquecem mais facilmente quem lhes toma o dinheiro do que quem lhe mata o pai. Daí porque o dinheiro também é muito importante para o ser humano.

Eu não vi, não consegui ver na intenção da proposição do nobre Deputado nenhum interesse de beneficiar a determinado setor. Se a anistia fiscal viesse, ela seria para todos, seria como a chuva que atenderia a todos. Mas me parece que ela é realmente inconstitucional; tecnicamente ela é inviável... é uma deferência, é uma providência do Executivo.

E também me parece, Sr. Deputado, que ela já é extemporânea. Nós tivemos, já no fim do ano passado, portanto depois da proposição de vosso pensamento e de vosso esforço, nós já tivemos uma anistia. De forma que esse expediente chega um pouco tarde; ele chega tardio. Mas não digo que foi absolutamente em vão o esforço do nobre companheiro e colega.

Talvez que, calcado na proposição do companheiro é que o Estado se propôs na sua legitimidade de assim decidir, de lançar a anistia que já houve e da qual se aproveitaram aqueles que deviam, aqueles que quiseram e aqueles que puderam.

Companheiro, diante disso, diante desse quadro, sendo regimentalmente impossível, pediria, já que a matéria é quase como que preclusa, eis que houve anistia, e seria lei sobre lei, lei tardia sobre providência já dada, e digo aqui, os méritos de certa forma são seus com esse expediente de criar aquela situação, de ver da possibilidade de retirar de pauta o projeto, para que se encerre e se dê então um fim aqui ao projeto de Vossa Excelência.

E também receba aqui as minhas homenagens pelas providências e pelo espírito que Vossa Excelência teve de, na época, na legislatura passada, ter colocado este projeto, que como disse, foi um embrião de uma providência que o Estado deu e que muitos se beneficiaram.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Agradeço o oportuno e eficiente aparte do colega, Deputado Valduga.

Sr. Presidente, ouvi também quando encaminhavam o meu projeto, o Deputado Deni Schwartz, que a intenção não era outra, senão a de beneficiar os grandes comerciantes, os industriais de um modo geral do Estado do Paraná.

Acontece, Sr. Presidente, que respeito e até admiro muito o Deputado Deni Schwartz, só que me parece que quando

ele sobe à tribuna para discutir uma matéria de interesse maior ou menor nesta Casa, o Deputado Deni se inflama, se empolga, se emociona, e muitas vezes ele chega, eu sei disso, reconheço até, a tecer certos comentários não muito recomendáveis neste caso principalmente, a este Deputado, que é o autor do projeto.

Mas, como eu o conheço e como o considero bastante, o Deputado Deni Schwartz, prefiro não levar em consideração as suas palavras, até em parte concordar com aquilo que explicou também da tribuna, quando encaminhava este meu projeto.

Só pediria vênha ao meu colega Deni Schwartz, para ler uma pequena parte da justificativa do meu projeto, que não sei se Sua Excelência leu a justificativa que apresentamos, quando encaminhamos o projeto a esta Casa de Leis.

Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, poderá acompanhar comigo a leitura da justificativa.

"É de notório conhecimento público, a situação de crescentes dificuldades que a indústria e comércio enfrentam nos últimos anos. Fatores internos e externos contribuem para a desestabilização de preços, os juros bancários extorsivos, os assustadores índices de inflação galopante, o asssorberbamento das despesas de custeio das empresas, os pesados encargos sociais e outras responsabilidades correlatas, estão debilitando e quando não, aniquilando os empreendimentos de ordem econômica, com negativos reflexos de proporções nem sempre previsíveis no campo da produção".

Sr. Deputado, nós não discriminamos, a nossa intenção, a nossa pretensão não era evidentemente, discriminar o pequeno do grande comerciante, o pequeno do grande industrial; era tão somente...

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Um momentinho, eu concederei o aparte a Vossa Excelência com todo o prazer.

... era tão somente favorecer, de um modo geral, a todos aqueles que obrigatoriamente deveriam recolher aos cofres do Estado, às agências de rendas do Estado, o seu ICM, o seu imposto devido; porque era justamente naquela oportunidade que o Estado do Paraná, principalmente, atravessava uma das maiores crises econômicas, com aquela estiagem, que é do conhecimento de todos os Srs. Deputados.

A nossa pretensão não era outra, senão a de anistiar aqueles que, de fato e de direito, poderiam requerer à Secretaria de Finanças, ao órgão competente, para que lhe fosse concedida a devida anistia.

Mas, como dizíamos no início, para a nossa surpresa, já se passam quase dois anos, e hoje é que vem a plenário o nosso projeto, para ser apreciado pelos Srs. Deputados.

Disse muito bem o Deputado Valduga, que foi concedido o benefício da anistia pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, independentemente deste projeto. Que ela existiu, que já foram beneficiados aqueles que, em tempo hábil, requereram para se aproveitar daquela lei, daquele decreto governamental.

Hoje, eu como autor do projeto, não vejo mais sentido. Mas, ao mesmo tempo, saio da tribuna engrandecido, saio da tribuna, posso dizer aos Srs. Deputados, plenamente satisfeito, porque os Srs. Deputados demonstraram que estão atentos, que estão aqui nesta Casa, como dizia ontem, para realmente discutirem aquilo que vai diretamente ao interesse da comunidade, dos brasileiros que vivem no Estado do Paraná.

Isto já é um motivo de júbilo para mim, Srs. Deputados, assistir aos debates democráticos através desta tribuna, confiada pelo povo.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Apenas para dizer que, em momento algum, este Deputado levantou qualquer suspeita sobre a pessoa do Deputado, que merece o máximo respeito e consideração, Deputado

Jurandir Messias.

E que o debate foi porque esta Casa deve debater as coisas. Podemos ter opiniões completamente discordantes, mas devemos discutí-las para, no diálogo, acharmos a melhor solução.

Meus respeitos, Sr. Deputado, pela colocação que fez em relação ao seu projeto e meus parabéns, com o seu projeto, o qual discordamos, trazer a esta Casa uma discussão do nível que foi feito.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Quero agradecer ao aparte do Deputado Deni Schwartz. Deputado, realmente ontem, por duas oportunidades, eu dizia em apartes e em encaminhamento de matérias, pela vez primeira eu via, nesta Casa, os Srs. Deputados, discutirem assuntos de relevantes interesses do Paraná. Pela vez primeira, eu vi ontem. E hoje, mesmo sendo eu o autor do projeto, não discordo que os Srs. Deputados discordem; que não o aprovem, porque eu hoje também acho inoportuna a sua aprovação, conforme aparte do Deputado Valduga.

Então, quero me parabenizar, quero voltar sempre à tribuna, Sr. Deputado, para que com esta mesma linguagem, dizer aos Srs. Deputados que hoje a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, novamente, está de parabéns, que os Deputados do MDB e que os Deputados da Arena estão de parabéns porque realmente está se tratando aqui das coisas dos interesses do nosso Estado e da nossa gente, principalmente e que afinal é porque viemos aqui; é para defender os seus interesses. E se nós, que procuramos naquela oportunidade, através deste projeto, defender os seus interesses; mas que, com a demora, com a delonga da tramitação do mesmo, para que chegasse a esse plenário, hoje já o consideramos inoportuno até a sua aprovação.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Serei breve, Deputado Jurandir Messias.

O problema é o seguinte. Vossa Excelência, quando fez este projeto, oportunamente, sem tiradas demagógicas, Vossa Excelência pretendeu proteger os menos favorecidos pela sorte.

Os homens, Deputado Jurandir Messias, que têm as suas vendas, onde nós, onde o Deputado Deni Schwartz, onde todos os Deputados vão muitas vezes comer uma lata de sardinhas, onde muitas vezes estes homens sem possibilidades de pagar os seus impostos; então estes homens que para cada mil comerciante no Brasil, existe uma multinacional, este fantasma que nos desestimula; mas temos os pequenos comerciantes, que não de ter a proteção dos homens de boa vontade de nossa terra. Não foi inoportuno o seu projeto. E haveremos de, unidos, lutar por esta gente para chegarmos às suas vendas, muitas vezes mal fechadas, muitas vezes, com pouco acesso, para comermos a nossa lata de sardinha, e dizermos que o Governo da Arena está presente; está olhando pelo povo humilde. Porque para cada multinacional, existe mais de 100, mais de mil humildes comerciantes que agora o Deputado Deni Schwartz vem hostilizar, mas que na hora da campanha vai pedir os seus votos; e muitas vezes votaram nos Deputados do MDB e nos Deputados da ARENA.

E digo a Vossa Excelência. Defenderemos os humildes, custe o que custar. E seu projeto não é inoportuno; porque pretende exclusivamente defender o pequeno comerciante, o homem que está lá no mato, mourejando e puxando muitas vezes o rabicho do arado para proteger o seu povo.

Vossa Excelência está de parabéns, e lute, e vamos lutar a Arena, porque ninguém é dono da verdade no Brasil; e nós, homens afoitos, em nossa sinceridade, haveremos de dizer, ao Deputado Deni Schwartz, com todo o respeito, que ele está errado, quando ele contraria os seus pequenos comerciantes que muitas vezes votaram nele. Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vim à tribuna, já vim com o pensamento definido para requerer a Vossa Excelência, que o meu projeto fosse retirado, mesmo contrariando companheiros da minha bancada, que fosse retirado de pauta, porque achamos evidente a sua não aprovação por esta Casa de Leis.

Mas só quero que fique bem claro, Sr. Presidente, se assim procedemos, é porque entendemos que não existe mais nada que signifique a aprovação do nosso projeto. A anistia realmente foi concedida. Ela já foi concedida. Ela já foi por aqueles que aproveitaram a lei; que ela tinha um tempo determinado, aqueles que se habilitaram, já foram anistiados. Mas nós estamos aqui, Sr. Presidente, defendendo uma anistia fiscal, uma anistia que não quer dizer nada, uma anistia política, que nós já tivemos oportunidade de discutir também desta tribuna.

Apesar de sermos também — e aqui quero responder o aparte do Deputado Pugliesi, quando se referiu que era favorável à anistia ampla e irrestrita. Nós também somos favoráveis à anistia ampla, mas irrestrita jamais. Porque, não podemos, Sr. Presidente, homens que vêm a este Poder, imbuídos que tenho certeza, dos melhores propósitos, que vêm aqui para defender para lutar pelos interesses do nosso Estado, da nossa Pátria também que ter a consciência para que voltemos, para que façamos uma “jus in re”, de alguns anos atrás, para que esta anistia realmente seja concretizada. Mas que seja dentro dos moldes que se pretende que o Governo Federal, hoje através do eminente Presidente João Batista Figueiredo, compassadamente, lentamente, para que a Nação, para que o povo brasileiro vá se adaptando deste regime que, de 1964, há 15 anos atrás, modificou-se com a revolução.

Somos favoráveis, Deputado, à anistia, mas jamais seremos favoráveis à anistia ampla e irrestrita. Talvez um dia, talvez até possamos voltar a esta tribuna para também dizer que somos favoráveis, mas eu posso assegurar aos Srs. Deputados, principalmente aos da Oposição, que quem vai resolver todos os problemas brasileiros, e quem está resolvendo os problemas desta Nação, ainda são os homens que, em 1964, participaram daquela memorável revolução.

São eles que haverão de resolver os nossos problemas, os problemas dos assalariados, os problemas dos funcionários da grande ABC de São Paulo.

E é por isso, Sr. Presidente, que nós devemos ter paciência, nós devemos esperar com calma, com serenidade, porque o Governo está imbuído das melhores intenções para resolver os problemas nacionais.

E todos os dias estão sendo tomadas medidas que visam tão somente o interesse do povo brasileiro.

Quando escutamos, quando vemos nos noticiários os pronunciamentos agressivos, ofensivos muitas vezes, da Oposição, tão somente a pedir, a exigir e até a colocar cartazes pedindo anistia ampla, geral e irrestrita, devemos entender que o Governo vai resolver.

Eu, como os Senhores, devemos dar um voto de confiança a este Governo que aí está para que, paulatinamente, chegue a um denominador, e resolva com o decorrer do tempo, todos os problemas brasileiros, principalmente os que mais afligem as classes menos favorecidas.

Ao encerrar, Sr. Presidente, deixo, mais uma vez, meu ponto de vista: jamais serei favorável, jamais darei meu voto para que seja implantada neste País a anistia ampla e irrestrita. Fico tão somente com a primeira, porque entendo que ainda não é hora de voltar à Nação, que ainda não é o momento de recebermos de volta aqueles nossos compatriotas — é verdade, nossos irmãos — que foram banidos. E se foram banidos deste País é porque alguma coisa de mal, de errado estavam fazendo

à Nação.

É por isso que o MDB, o MDB que está lutando com todas suas forças para chegar ao poder, deve meditar, deve pensar muito, porque um dia, talvez, isto quem dirá? Nem um profeta nos poderá dizer, somente as urnas nos dirão, quem será o governo em 1982.

E aí eu perguntaria aos meus eminentes amigos e companheiros do MDB: como se comportaria Leonel Brizola, Arraes, Julião? Participando talvez de um governo que viesse com as melhores intenções? Porque, tenho certeza, quando os Srs. vieram ao governo será com as melhores intenções.

Então fica aqui meu repto aos Srs. Deputados do MDB: vamos eliminar, vamos eliminar estes que já não serviram à nossa Nação, que já perturbaram nosso País, que já trouxeram intranquilidade, que já trouxeram o derramamento de sangue a esta Nação.

Vamos partir da premissa tão somente pela anistia ampla, e aí chegaremos, tenho a certeza, ARENA e MDB, a um denominador comum. E haveremos, em 1988, disputar democraticamente as eleições diretas para todos os cargos eletivos, quer para Governo de Estado, quer para Prefeitos, Senadores e Vereadores.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a, conforme requerimento já encaminhado à Mesa, que meu projeto seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n.º 20/78, constante da Ordem do Dia marcada para a presente sessão.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

— Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 09/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação de órgãos que especifica e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 12/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Miraselva, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 13/79, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante a absorção de mão-de-obra naqueles municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 17/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado

do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão de Emendas Constitucionais. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Deputados, para representar este Poder Legislativo nas solenidades de posse e transmissão de cargo ao ex-Deputado Túlio Vargas, na Presidência do BRDE. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa indica o autor do requerimento, e solicita dos Srs. Líderes a indicação de alguns dos Srs. Deputados que desejem fazer parte deste Comissão, que se dirijam à Presidência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu solicitei uma Questão de Ordem e não consegui formulá-la porque não quis interromper V. Ex.^a.

A minha Questão de Ordem é exatamente para pedir verificação de votação quanto a esse requerimento, a essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere a Questão de Ordem de V. Ex.^a e procederá a verificação de votação.

Em votação o requerimento. — (Pausa). — 9 Srs. Deputados aprovam; 14 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Clemente Preima, ex-Vigário Geral para os Ucrânios Católicos do Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alaíde Costa Souza. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, para analisar a Lei da Greve e as modificações a serem introduzidas na CLT. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando sejam efetuados estudos para a implantação de uma extensão do ensino de 1.º grau, na localidade de Santa Lúcia, Município de Dois Vizinhos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Conselho Regional de Contabilidade e ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, apresentado voto de congratulações pela passagem do “Dia do Contabilista”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja o ano de 1980, declarado o “ANO NACIONAL DA ECOLOGIA”. — **Encerrada a discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, pelo que nós estamos vendo, não há condições de continuação da sessão, dado o número de Srs. Deputados aqui presentes.

Requeiro chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Determino ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/79.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 20/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 16, 17 e 18/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 159, 167, 179 e 194/78 e 07 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

9.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, compareceram os Senhores Deputados componentes da Comissão de Agricultura, com a Presidência do Senhor Deputado Ruben Valduga. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. A reunião teve por objetivo, a situação agrícola de nosso Estado, em confronto com os demais Estados da União. Após as discussões sobre a matéria, ficou decidido que as deliberações serão tomadas na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979.

(aa) RUBEN VALDUGA — Presidente

Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado EZEQUIAS LOSSO, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado AUGUSTO CARNEIRO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 83/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com sede e divisas que especifica. PROJETO DE LEI N.º 01/79, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Fundação Alberto e Regina Diedrichs, em Ibituva. PROJETO DE LEI N.º 18/79, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro. PROJETO DE LEI N.º 19/79, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 01/79, que aprova o Convênio entre o Go-

verno do Estado do Paraná e o Município de Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 16/79, que aprova o Convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranapoema, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 07/79, que aprova os convênios entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Marilena e São Tomé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos referidos municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 27/79, que aprova o convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 32/79, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná, a SUDESUL e estabelecimentos bancários que específica, objetivando a mútua cooperação para o desenvolvimento do Setor-Mecânico da Região Sul. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 37/79, que aprova os convênios entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Paranaguá, Marilândia e Altônia, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

PORTARIA N.º 314/79

I — designar DURVAL DAROS, matrícula n.º 065, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo; e,

II — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

(Proc. 3032).

PORTARIA N.º 315/79

marcar para 03 de setembro a 02 de outubro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 263, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Proc. 3666).

PORTARIA N.º 316/79

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 138/77, na parte que se refere ao funcionário DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula n.º 041, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

II — designar o funcionário acima mencionado para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

(Proc. 3657).

PORTARIA N.º 317/79

designar CÉLIO NICOLAZZI REIS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, no período

compreendido entre 11 de abril a 31 de dezembro de 1979.
(Proc. 3812).

PORTARIA N.º 318/79

designar WANDA DA CONCEIÇÃO GOUVEIA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, no período compreendido entre 02 de abril a 31 de dezembro de 1979.
(Proc. 3813).

PORTARIA N.º 319/79

retificar, a pedido, a Portaria n.º 195/79, de 27 de março de 1979, passando a mesma a ter a seguinte redação:

I — designar JOSÉ MARIA HEOFACKER, ora à disposição deste Poder, para prestar serviço no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1979.

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1979.
(Proc. 3672).

PORTARIA N.º 320/79

designar SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, no período compreendido entre 02 de abril a 31 de dezembro de 1979.
(Proc. 3811)

PORTARIA N.º 321/79

designar JOÃO ADILSON PORTUGAL, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi, a partir de 06 de abril de 1979.
(Proc. 3664).

PORTARIA N.º 322/79

conceder ao funcionário JOSÉ CHECHELISKI, matrícula n.º 393, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 23 de abril de 1979.
(Proc. 3921).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral